



# ST04

## ARQUIVOS DO FIM: MEMÓRIA, CRISE E POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Coordenadores:  
Arlene Xavier Santos Costa  
Andreia de Freitas Rodrigues  
Priscila de Oliveira Dias do Couto

XIII

**EPHIX** UFMG  
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

# História do trabalho de campo e do fazer científico em coleções entomológicas no Centro de Coleções Taxonômicas do ICB (CCT/UFMG)

Letícia Domingos Pereira

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Resumo:** Historicamente, a história da ciência tem sido marcada por uma tendência narrativa que privilegia resultados, descobertas e figuras consagradas, relegando o trabalho de campo à condição de bastidor invisível da produção do conhecimento. Esse enquadramento reforça a imagem de uma ciência descontextualizada, que apaga práticas e sujeitos que sustentam o fazer científico. Este trabalho investiga em que medida os lastros documentais preservados em coleções científicas permitem tensionar as fronteiras entre resultado e processo, tornando possível a historicização do trabalho de campo e de taxonomia na pesquisa entomológica. Tendo isso em vista, o objeto de análise são os lastros documentais deixados por dois pesquisadores e entomólogos do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (ICB-UFMG), Rogério Parentoni Martins e Fernando Amaral da Silveira, no acervo do Centro de Coleções Taxonômicas (CCT-UFMG). Longe de constituírem um conjunto homogêneo, as fontes constituem fichas, cadernos de campo, relatórios, slides com registros fotográficos, emails e correspondências, e configuram um arquivo fragmentado e, ao mesmo tempo, potente, no qual se inscrevem práticas, decisões e negociações que atravessam o cotidiano da pesquisa de coleta e classificação de espécies entomológicas. Interessa-nos compreender como estes documentos dão a ver as metodologias de trabalho de campo como a coleta de espécies, as relações com os ambientes investigados, bem como redes de colaboração entre pesquisadores e a circulação de saberes. Tal ponto de vista permite apreender a dimensão imanente das coleções científicas, pois são atravessadas por um horizonte de expectativas que as projeta como referência para o presente e para o futuro. Nesse sentido, a documentação histórica é fundamental, pois contextualiza o momento de coleta, evidenciando os sujeitos envolvidos, as técnicas mobilizadas, os locais e os projetos de pesquisa que orientaram sua produção. Ao articular essas dimensões, a documentação constitui também um registro histórico da biodiversidade em determinado momento. Pretende-se com isso afirmar as coleções científicas como espaços de produção de memória e de narrativa sobre a ciência, relevantes para a valorização das coleções entomológicas como patrimônio científico. Assim, o trabalho contribui para deslocar o olhar historiográfico, propondo uma história da ciência que se faz menos pelos feitos e mais pelos processos, registros e sujeitos que, embora frequentemente invisibilizados, tornam a ciência possível.

**Palavras-chave:** História da ciência; Trabalho de campo; Coleções taxonômicas; Práticas científicas.

## Introdução

A história da ciência tem sido marcada, historicamente, por uma tendência narrativa que privilegia grandes nomes, grandes descobertas e resultados finais em detrimento dos processos, das práticas e dos sujeitos que tornam a ciência possível. Como observa Higgitt (2017 *apud* Alberti, 2017, p. 7), o trabalho coletivo e os técnicos são frequentemente apagados das narrativas

sobre ciência, que preferem concentrar o olhar no gênio solitário. Essa tendência se consolidou, em larga medida, sob a influência de uma historiografia que, como aponta Condé (2017, p. 44), construiu a imagem de que “a revolução científica foi enormemente patrocinada pelas extraordinárias ideias de grandes cientistas tais como Copérnico, Galileu e Newton”, deixando na sombra a vasta rede de agentes, práticas e saberes que sustentou esse processo e ainda hoje sustentam a ciência, que é um empreendimento coletivo.

Ao refletir sobre isso, é possível notar que tal enquadramento tem consequências profundas. Ao privilegiar os resultados em detrimento dos processos, apagam-se as decisões intermediárias, as tentativas frustradas, os debates internos, as trocas e as negociações cotidianas que constituem o fazer científico. Assim, apagam-se também os sujeitos que não ocuparam posições centrais nos projetos científicos como os auxiliares de pesquisa de campo e técnicos de laboratório, por exemplo, mas que são indispensáveis à produção do conhecimento. Os sujeitos e processos necessários ao trabalho de campo e ao fazer científico cotidiano ficam reduzidos, assim, à condição de bastidores invisíveis da produção do conhecimento, reforçando a imagem de uma ciência descontextualizada, separada das práticas e dos sujeitos que a sustentam.

É dentro desse contexto e a partir desse problema que este trabalho se constitui. Os lastros documentais deixados por dois pesquisadores do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (ICB-UFMG), Rogério Parentoni Martins<sup>1</sup> e Fernando Amaral da Silveira,<sup>2</sup> no acervo do Centro de Coleções Taxonômicas (CCT-UFMG), se tornaram os nossos objetos de análise. A pergunta que orienta a pesquisa é: em que medida esses lastros documentais preservados em coleções científicas permitem tensionar as fronteiras entre resultado e processo, tornando possível a historicização do trabalho de campo e de taxonomia na pesquisa entomológica?

Desse modo, as fontes que compõem nosso objeto de análise constituem fichas, cadernos de campo, relatórios, slides com registros fotográficos, emails e correspondências. Longe de formarem um conjunto homogêneo, configuram um arquivo fragmentado e ao mesmo tempo

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Biológicas pela UFMG (1974), mestre e doutor em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas (1980; 1991), com pós-doutorado na Universidade da Flórida. Foi professor do Departamento de Biologia Geral do ICB/UFMG, onde coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre. Tem experiência nas áreas de ecologia e comportamento de insetos, com ênfase em vespas e abelhas solitárias.

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa (1985), mestre em Entomologia pela mesma instituição (1988) e doutor em Entomologia pela University of Kansas (1995). Foi professor associado do Departamento de Zoologia do ICB/UFMG, onde atuou como docente e orientador no Programa de Pós-Graduação em Zoologia. Tinha experiência na área de Zoologia, com ênfase em sistemática e conservação de abelhas neotropicais.

potente, no qual se inscreveram práticas, decisões e negociações que atravessaram o cotidiano da pesquisa de coleta e classificação de espécies entomológicas. Interessa-nos compreender como estes documentos elucidam as metodologias de trabalho de campo, as relações com os ambientes investigados, bem como as redes de colaboração entre pesquisadores e a circulação de saberes que sustentaram essa prática científica.

Ao articular essas dimensões, este trabalho pretende afirmar as coleções científicas como espaços de produção de memória e de narrativa sobre a ciência relevantes para a valorização das coleções entomológicas como patrimônio científico. Para isso, o artigo está organizado da seguinte forma: a primeira seção discute o problema historiográfico que orienta a pesquisa; a segunda apresenta o CCT e seus acervos documentais; a terceira descreve e analisa algumas das fontes encontradas; e a quarta desenvolve a noção de coleções científicas como espaços de memória.

### **O Problema Historiográfico: fazer científico descontextualizado**

A história da ciência, enquanto campo disciplinar, carregou por décadas uma tendência narrativa marcada por uma leitura retrospectiva e triunfalista do passado científico, que organiza os eventos em função de seus resultados. Nesse modelo, o que importa são as descobertas. O processo que as antecede é tratado como mero prelúdio sem tanta importância. Como aponta Condé (2017, p. 23), Kuhn já alertava para essa limitação ao afirmar que, “se a história fosse vista como mais do que um repositório de anedotas e cronologias, ela poderia produzir uma transformação decisiva na imagem de ciência que atualmente nos domina”

Nesse sentido, ao propor uma análise das fontes do CCT, esse trabalho busca realizar o tipo de movimento proposto por Kuhn. Isto é, historicizar o fazer científico desses dois pesquisadores do campo da entomologia e assim compreender como estes documentos dão a ver as metodologias de trabalho de campo como a coleta de espécies, as relações com os ambientes investigados, bem como redes de colaboração entre pesquisadores e a circulação de saberes.

Quando dizemos de um fazer científico historicizado estamos também reconhecendo que a ciência é afetada por elementos externos a ela mesma. Ou seja, a ciência não basta por si só. Isso quer dizer que não há ciência fora de suas condições históricas, sociais e materiais de produção. Essa perspectiva representa uma ruptura com a imagem de uma ciência neutra e

atemporal, produzida por mentes geniais solitárias à margem do mundo. Quando se adota essa perspectiva, o olhar historiográfico se desloca das grandes descobertas para dar atenção, também, aos processos. Desse modo, o que antes era visto em segundo plano, como o trabalho de campo, as correspondências entre pesquisadores, as decisões cotidianas, a coleta e classificação dos espécimes, passa a ser reconhecido como parte constitutiva e portanto essencial do conhecimento produzido. Todo esse processo científico é feito por equipes, o que significa que diferentemente da narrativa com foco nos gênios solitários, aqui compreende-se a ciência como um empreendimento coletivo, situado e atravessado por inúmeros aspectos cotidianos, como as práticas, as relações institucionais, as redes de colaboração, as condições materiais e sociais. Nessa perspectiva, todos os sujeitos envolvidos no cotidiano científico passam a ser agentes históricos fundamentais.

Ao tomarmos como objeto de análise os lastros documentais preservados no CCT/UFMG, propõe-se um deslocamento do olhar historiográfico: da história das descobertas para a atenção aos processos; dos grandes nomes para os sujeitos e práticas que sustentam o fazer científico cotidiano. É imprescindível dizer que não se trata de negar a importância dos resultados produzidos por Rogério Parentoni Martins e Fernando Amaral da Silveira, mas de compreender como esses resultados foram possíveis, quais redes de sociabilidade os sustentaram, quais decisões os antecederam e quais sujeitos participaram desse processo. Trata-se, em última instância, de propor uma história da ciência que se faz menos pelos grandes feitos e mais pelos processos rotineiros, registros e sujeitos que, embora frequentemente invisibilizados, tornam a ciência possível.

### **O Centro de Coleções Taxonômicas e seus acervos documentais**

Os arquivos que viabilizam a produção deste trabalho encontram-se custodiados no Centro de Coleções Taxonômicas da UFMG (CCT-UFMG), um órgão complementar vinculado ao Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais, institucionalizado em junho de 2015 pelo Conselho Universitário da UFMG. Composto por 26 coleções distribuídas entre acervos zoológicos, botânicos, micológicos e microbiológicos, o CCT é atualmente o maior centro de depósitos da biodiversidade brasileira no estado de Minas Gerais, com acervo estimado em mais de 2 milhões de amostras coletadas desde o início do século XX (CCT-UFMG, 2026).

Apesar de tudo isso, o que torna o CCT um arquivo potente e privilegiado para a história da ciência não é apenas o acervo biológico que ele custodia. Isso porque, para além da preservação dos espécimes, foram encontrados fragmentos documentais muito ricos do processo científico de pesquisas taxonômicas e de biodiversidade: cadernos de campo com anotações manuscritas, fichas de coleta, relatórios, slides com registros fotográficos, emails e correspondências científicas nacionais e internacionais, recados sobre a organização do laboratório e cotidiano de pesquisa. Esse conjunto documental “selvagem”, já que não estão organizados sob a condição de um arquivo, revela, só pela sua existência, dimensões fundamentais da prática de pesquisa.

Como afirma Lourenço (2002, p. 52), museus e coleções universitárias são “os únicos guardiões da evidência material de como o conhecimento científico foi construído e ensinado”, e é exatamente essa dimensão que os acervos do CCT nos permitem acessar. É válido lembrar que os sujeitos analisados eram professores-pesquisadores, o que significa que a dimensão de ensino também estava extremamente presente na dinâmica do fazer científico cotidiano. Um exemplo disso são os slides fotográficos encontrados. Há uma grande possibilidade de estes terem sido amplamente utilizados como recurso visual em aulas ministradas pelos pesquisadores.

Interessa-nos compreender, a partir dos vestígios documentais que ambos deixaram, como se dava o cotidiano da pesquisa entomológica na UFMG: quais metodologias orientavam o trabalho de campo, como eram construídas, quais eram as redes de colaboração científica e a quais projetos essas coletas estavam vinculadas.

### **Fontes encontradas: um arquivo fragmentado e potente**

O conjunto de documentos que encontramos é, ao mesmo tempo, fragmentado e extraordinariamente potente. Fragmentado porque não foi produzido com fins arquivísticos, isto é, são documentos acumulados ao longo da prática de pesquisa, sem critérios sistemáticos de organização ou preservação. Isso quer dizer que muita coisa também se perdeu ao longo do tempo, ou seja, haverá lacunas que não conseguiremos responder. E potente justamente por seu caráter não selecionado ser capaz de revelar dimensões do fazer científico.

Entre as diversas fontes encontradas, destacam-se as correspondências científicas, provenientes de instituições distribuídas por diferentes países e continentes. Há, por exemplo,

uma carta enviada por correio aéreo em 26 de março de 1993, do Systematic Entomology Laboratory do U.S. National Museum of Natural History, em Washington, dirigida ao Dr. Rogério Parentoni Martins, e há também uma carta datada de 19 de fevereiro de 1999, do Instituto Real de Ciências Naturais da Bélgica, dirigida para o Dr. Fernando Amaral da Silveira. Essas fontes são justamente exemplos que ilustram a dimensão internacional dessas trocas. Em ambos os casos, os remetentes respondem a consultas sobre identificação de espécimes, sugerem especialistas e relatam o andamento de análises compartilhadas, revelando como a identificação taxonômica era, de fato, um processo coletivo e internacionalizado.

Diante do acesso às fontes, e da oportunidade de ter uma leitura delas a partir de quem estava diretamente ligado a sua produção, em dezembro de 2025 realizamos uma entrevista com Rogério Parentoni e foi possível compreender, por meio de seu relato, que as trocas de espécimes aconteciam justamente pelo fato de que tanto ele quanto Fernando Amaral não eram taxonomistas. Ou seja, eles faziam a coleta e enviavam aos taxonomistas para a realização da identificação.

Além dessas duas fontes já citadas, um e-mail enviado da Universidad de Panamá em 15 de fevereiro de 2001, pelo Dr. Diomedes Quintero a Parentoni, possui um detalhe muito rico para o nosso trabalho, sobretudo no que diz respeito à identificação dos agentes do fazer científico. A mensagem dizia que um pesquisador chamado Roberto Cambra havia dito “que faria com muito gosto a identificação dos espécimes de *Auplopus* de Minas Gerais” e solicita o envio de um macho e uma fêmea. No entanto, o que mais chama atenção nesta fonte é uma anotação manuscrita à caneta pelo próprio Parentoni, essa mensagem é direcionada à técnica Lourdes, solicitando o envio de exemplares. Está escrito: “Lourdinha: Pode providenciar a embalagem com alguns exemplares de *Auplopus*”. A partir desse detalhe, pode-se inferir que o pesquisador imprimiu o email e escreveu essa orientação para Lourdes, ou seja, era ela que enviava os espécimes. Esse detalhe aparentemente trivial é extremamente valioso pois ele materializa a articulação entre comunicações formais e decisões práticas do cotidiano de pesquisa.

### **Imagem 1: Carta de colaboração científica com anotação manuscrita**



Diomedes Quintero, 21:04 15/02/01 -0, Identificacion de Auplopus

X-Mailer: Novell GroupWise Internet Agent 5.5.4.1  
Date: Thu, 15 Feb 2001 21:04:43 -0500  
From: "Diomedes Quintero" <QUINTERD@tivoli.si.edu>  
To: <wasp@mono.icb.ufmg.br>  
Cc: "Diomedes Quintero" <QUINTERD@tivoli.si.edu>  
Subject: Identificacion de Auplopus  
X-MIME-Autoconverted: from quoted-printable to 8bit by  
mono.icb.ufmg.br id RAA05216

Estimado Dr. Martins;

Alberto Mena desde hace unos 5 años trabaja de Profesor Asistente en el Departamento de Fisiología de la Universidad de Panamá. Mena desde ese entonces no trabaja en el Museo de Invertebrados y tampoco ha seguido trabajado las pompilidas desde que dejo de trabajar en el Museo de Invertebrados. La colección de referencia de Pompilidae (incluyendo especímenes de Auplopus que hemos colectado en Brasil y Perú) y toda nuestra literatura científica de la Pompilidae se encuentra depositada en el Museo de Invertebrados.

El Profesor Roberto Cambra, que trabaja en el Museo de Invertebrados, posee claves para la identificación de las especies de Auplopus de América del Sur. Roberto ha continuado con el trabajo de identificar todo el material de Pompilidae que nosotros colectamos y el material que recibimos para ser identificado.

Roberto dice que con gusto le identifica los especímenes de Auplopus de MG, que por favor envíe macho y hembra de lo que Usted sospecha es una sola especie. Nuestra dirección postal aparece abajo del presente email.

Sin otro particular, con un cordial saludo, quedo de Usted,  
Atentamente,  
Diomedes

Dr. Diomedes Quintero A.  
Museo de Invertebrados G.B. Fairchild,  
Estafeta Universitaria, Universidad de Panamá,  
Panamá, PANAMA  
Tel. (507) 264-7758  
FAX (507) 212-8148  
QUINTERD@tivoli.si.edu

*LOURDINHA:*  
*Podr. providenciar*  
*a embalagem*  
*com alguns exemplares*  
*de Auplopus*

Fonte: Acervo CCT/UFMG.

Um produto muito frutífero de nosso trabalho com as fontes foi a elaboração de um mapa de rede científica. A partir da análise do conjunto de correspondências de Rogério Parentoni, foi possível elaborar um mapa da rede científica com a qual o pesquisador se correspondia entre 1991 e 2001. Esse mapa ilustra conexões com diversas instituições distribuídas pela América do Norte, América Latina, Europa e África, entre elas o United States Department of Agriculture e o Museu de História Natural de Londres. Mais do que uma visualização geográfica, o mapa evidencia o caráter coletivo e internacional da pesquisa taxonômica.

## Imagem 2: Rede de colaboração científica de Rogério Parentoni, 1991-2001





Fonte: Elaborado pela autora.

### A Imanência das coleções científicas: o momento específico da história

A partir do momento em que se realiza o movimento de historicizar o trabalho de campo e o fazer científico, as coleções passam a ser entendidas não só como um acervo biológico de espécimes, mas também como um espaço valioso de produção de memória. Quando um espécime entra em uma coleção, entram também o local onde foi coletado, as condições ambientais daquele local naquele contexto, momento e data, entram os aspectos de sua produção: o pesquisador, o projeto a que está vinculado, a técnica utilizada. O que queremos enfatizar ao dizer isso é que as coleções são um fragmento do tempo, uma cápsula que guarda evidências materiais de como era um espaço em determinado instante. É isso que chamamos de dimensão imanente das coleções: o valor histórico não é externo a elas, está na sua própria materialidade e permanece junto com as coleções.

Além disso, as coleções ganham ainda mais importância em contextos de crise climática acelerada e perda de biodiversidade. Um exemplo disso é a notícia veiculada em abril de 2026 pela Folha de São Paulo. Segundo o jornal, houve a identificação de duas novas espécies de besouro-joia do gênero *Agrilus*, da família Buprestidae. Uma delas, a *Agrilus ciliaris*, havia passado

despercebida por mais de uma década na coleção de Entomologia do Museu de Zoologia da USP. A outra, a *Agrilus butantan*, foi encontrada por acaso em uma área de mata do Instituto Butantan, na zona oeste de São Paulo. O diretor do Butantan, Esper Kallas, alertou que “se aquela região de mata que tem no instituto desaparecer, é provável que o bicho também desapareça” (Folha de S.Paulo, 2026). Esse caso recente ilustra com precisão o argumento central deste trabalho: sem as coleções, sem o registro sistemático do momento de coleta, muitas espécies teriam permanecido desconhecidas. Nesse caso, a coleção não apenas preservou o espécime, ela preservou a possibilidade de que a ciência o reconhecesse.

No contexto do CCT/UFMG, essa dimensão é ainda mais evidente. O próprio site da instituição informa que parte do acervo inclui amostras coletadas em áreas hoje altamente degradadas, como o vale do Rio Doce (CCT-UFMG, 2026). Isso significa que os documentos do CCT guardam também uma memória ambiental: um registro histórico da biodiversidade em um momento e lugar específicos que já não existem mais da mesma forma. As coleções, nesse sentido, são testemunhos insubstituíveis de um mundo que está mudando rapidamente e por isso atuam como “cápsulas do tempo”, e sua preservação é uma condição para que essa história possa ser contada. Por esse motivo também justifica-se a importância desse trabalho que é, como nas palavras de Condé, um papel para a história.

### Considerações Finais

Diante de todo o exposto, este trabalho partiu de um problema historiográfico: a tendência da história da ciência de senso comum de privilegiar grandes nomes, grandes descobertas e resultados finais, em detrimento dos processos, das práticas e dos sujeitos que tornam a ciência possível. E propôs, a partir dos lastros documentais preservados no Centro de Coleções Taxonômicas do ICB/UFMG, um deslocamento desse olhar, tomando como objeto os arquivos de dois pesquisadores e entomólogos da UFMG, Rogério Parentoni Martins e Fernando Amaral da Silveira, para historicizar o cotidiano da pesquisa entomológica na instituição.

As contribuições deste trabalho se dão na medida em que por meio da análise das fontes foi possível desenvolver uma noção de ciência de processos, e para além disso, de processos coletivos. Isso inclui pensar em uma ciência das redes de colaboração e compartilhamento de conhecimento, das negociações e de práticas de trabalho diárias. Uma ciência feita de cartas enviadas por correio aéreo, de anotações à caneta nas margens de e-mails impressos, de

cumprimentos afetuosos ao final de uma correspondência e de mapas de colaboração que atravessam continentes. Uma ciência feita, também, por sujeitos, como Lourdinha, a técnica que enviava os espécimes, organizava e cuidava do laboratório, e também os diversos taxonomistas espalhados pelo mundo que tornavam possível a identificação das espécies coletadas.

Ao articular todas essas dimensões abordadas ao longo do texto, este trabalho buscou afirmar as coleções científicas como espaços de produção de memória e não como depósitos biológicos. No contexto atual de crise climática e acelerada perda de biodiversidade, essa afirmação ganha uma urgência ainda maior. As coleções guardam não apenas espécimes, mas momentos específicos da humanidade, momentos que, uma vez perdidos, não se recuperam. Entender sua importância e potência é essencial para preservá-las.

### Referências bibliográficas

- ALBERTI, Samuel J. M. M. Why collect science? *Journal of Conservation and Museum Studies*, v. 15, n. 1, p. 1-10, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5334/jcms.150>
- BOTTALLO, Ana. Biólogos identificam duas novas espécies de besouro-joia, uma delas por acaso. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 03 abr. 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2026/04/biologos-identificam-duas-novas-especies-de-besouro-joia-uma-delas-por-acaso.shtml>. Acesso em: 03 jun. 2026.
- CCT-UFMG. *Centro de Coleções Taxonômicas da UFMG*. Belo Horizonte: UFMG, 2026. Disponível em: <https://cct.icb.ufmg.br>. Acesso em: 03 jun. 2026.
- CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Um papel para a história: o problema da historicidade da ciência. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-50, 2017.
- LOURENÇO, Marta C. Are university collections and museums still meaningful? Outline of a research project. *Museologia*, v. 2, p. 51-60, 2002.
- MARTINS, Rogério Parentoni. Entrevista concedida a Letícia Domingos Pereira e Paula Oliveira Miranda. Belo Horizonte, dez. 2025.

## Pode um sinistro salvar um arquivo? Crise, seleção documental e emergência de acervos esquecidos

Arlene Xavier Santos Costa

0009-0006-0464-8973

Arquivista

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

costa.arlene@ufjf.br

**Resumo:** O presente trabalho parte da seguinte questão: pode um sinistro “salvar” um arquivo? A reflexão emerge a partir da atuação da equipe do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora, ao longo do ano de 2025, na recuperação de um acervo documental acadêmico atingido por um evento catastrófico. A situação de crise, marcada pelo risco de perda e destruição documental, evidenciou não apenas a fragilidade dos acervos institucionais, mas também a possibilidade de reconfiguração de seus usos e sentidos. No processo de intervenção, veio à tona um conjunto documental de caráter secular, até então não tratado e pouco acessível, revelando dimensões significativas da memória institucional e da trajetória histórica da Faculdade. Nesse contexto, o trabalho discute como práticas de avaliação, seleção e tratamento arquivístico atuam na constituição dos arquivos enquanto espaços de produção de memória e de conhecimento histórico. Parte-se do entendimento de que tais práticas não são neutras, mas implicam decisões que definem o que será preservado, acessado e, conseqüentemente, conhecido no futuro. Com o trabalho ainda em andamento, a comunicação apresenta os procedimentos adotados na identificação e seleção de documentos de valor permanente, bem como as estratégias de tratamento técnico e difusão do acervo. Ao mesmo tempo, propõe uma reflexão sobre as relações entre crise, preservação e emergência de “documentos esquecidos”, problematizando o papel dos arquivos na mediação entre destruição e memória.

**Palavras-chave:** Arquivos; Memória; Crise; Políticas de preservação; Regimes de historicidade.

*“Os arquivos gerenciam o resíduo, não a totalidade” (Millar, 2002)<sup>3</sup>*

### Introdução

No ano de 2025, a equipe do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (ACUFJF) realizou o tratamento de um acervo acadêmico após a ocorrência de um sinistro por águas pluviais, em razão das ocorrências de fortes tempestades. Passados os primeiros meses e feitos os procedimentos de estabilização e mitigação dos danos para a documentação pela

<sup>3</sup> Millar, 2002, p. 6 *apud* YEO, 2016, p. 143.

restauradora Andreia Rodrigues, as arquivistas Arlene Costa e Priscila do Couto passaram a atuar na identificação dessa documentação.

A Massa Documental Acumulada (MDA) nas instituições possuem uma característica singular na sua formação: os documentos mais antigos ficam agrupados nos espaços mais baixos, fundos e de difícil acesso. E, em alguns casos, em suportes improvisados, como caixas de papelão comuns, para que caixas de padrão arquivo possam ser possam acondicionar documentos mais recentes. Foi nessa situação em que encontramos os documentos do acervo. Como o sinistro que atingiu a sala de guarda foi com água, as caixas dispostas no chão passaram alguns dias absorvendo umidade extrema.

Inicialmente, verificamos uma situação que se mostrou um desafio para a equipe. A Faculdade em questão foi uma das cinco primeiras que formou a UFJF. E a e a sua história administrativa não é ainda tão conhecida para uma refinada organização documental. É com relação a esta parte da documentação que vamos tratar neste artigo. O sinistro, causado por um evento climático extremo, numa sala de guarda, a princípio, um arquivo setorial para tratamento, trouxe à luz uma situação ainda mais complexa à medida em que identificávamos que se tratava, na realidade, de dois fundos documentais distintos, embora ambos sejam de custódia e responsabilidade legal e civil de uma mesma instituição, a UFJF.

Fundada em 1913, essa Faculdade foi instalada, como instituição de ensino privada mantida por uma congregação de financiamento privado, em um extinto colégio tradicional da cidade de Juiz de Fora, onde funcionou por alguns anos até seu primeiro fechamento. Anos depois, reabriu em outro endereço sob outra administração e algum tempo depois com o reconhecimento pelo órgão nacional responsável pela educação na época. Nessa fase, a Antiga Faculdade ocupou pelo menos três endereços diferentes. A documentação reflete o perfil fragmentado da história da Instituição.

O presente artigo objetiva expor o trabalho em andamento, propondo uma metodologia baseada na identificação arquivística como instrumento de recomposição da organicidade desse conjunto documental. Para tanto, além dos procedimentos arquivísticos, a equipe vem usando a descrição, a digitalização e a difusão, não somente como forma de preservação do acervo, mas, também, como meio de promover a autenticidade e integridade na governança de acervos digitais por meio do uso do AtoM (*Access to Memory*) em um arquivo universitário.

### Fundamentação teórica

Para Wimmer, arquivos são locais de construção do próprio tempo histórico, “*avant la lettre*” (Wimmer, 2015, p.166). Sendo laboratórios para a investigação sobre as concepções e práticas do tempo histórico. Compreender de que maneira os arquivos são avaliados, selecionados, descartados ou preservados, é também zelar pela escrita da história. Nenhuma dessas operações são neutras e passivas.

A história administrativa de qualquer acervo não é uma trajetória relegada ao acaso. Para Rouso (1996), os arquivos são o sintoma de uma falta e não a restituição objetiva do passado. Os documentos que chegam ao presente, a qualquer tempo, são apenas vestígios de tudo que foi produzido. Ainda que se considere uma Massa Documental Acumulada (MDA), o nível de recuperação da informação desse formato de arquivo é extremamente baixo. Fato que em relação aos arquivos relegados ao esquecimento, seu resgate é imprescindível para a memória institucional.

O descaso é uma ação consciente. Assim como o resgate, recuperação e preservação. Os profissionais da informação estão inseridos nesse ecossistema de escolhas da destinação dos documentos. O arquivista deve reconhecer sua própria historicidade e seu papel de mediador da memória institucional enquanto um agente interpretativo decisivo na formação do registro documental que chegará ao futuro. Nesse sentido, “*Postmodernism requires archivists to accept their own historicity, to recognize their own role in the process of creating archives, and to reveal their own biases.*”. (COOK e SCHWARTZ, 2002, p. 12)

Em defesa de uma teoria crítica para a Arquivologia, Caswell, Punzalan e Sangwand (2017) radicalizam a consequência principal da virada pós-modernista de Cook e Schwartz: se o arquivo participa da fabricação da memória e do poder, então o arquivista tem responsabilidade ética e política sobre os efeitos sociais de seu trabalho. Seu papel, nessa chave, é escolher entre reforçar estruturas de exclusão ou atuar deliberadamente para nomear injustiças, interromper silêncios e construir práticas arquivísticas voltadas à libertação e à democratização real.

A autenticidade e a integridade em acervos digitais não são propriedades exclusivamente tecnológicas, e sim, resultam da articulação entre princípios arquivísticos, mecanismos de governança e infraestruturas de preservação digital, que asseguram a manutenção da identidade, da cadeia de custódia e da confiabilidade dos documentos ao longo do tempo.



Os primeiros estudos a se tornarem referências em autenticidade de documentos digitais se deram no âmbito do projeto interPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*) liderado por Luciana Duranti, no final da década de 1990, “com o propósito de desenvolver um conhecimento teórico e metodológico essencial para preservação permanente de documentos digitais e para formular políticas, estratégias e padrões capazes de assegurar essa preservação” (TOGNOLI, 2020, p.95).

Isto porque, no entendimento da equipe, as características que um documento arquivístico digital deve possuir não são diferentes de outros suportes, devendo atender aos mesmos princípios. “Ou seja, a desmaterialização do documento não significaria a quebra do princípio de proveniência, nem dos vínculos orgânicos que o conectam a outras unidades do mesmo fundo, sejam elas eletrônicas ou não” (RODRÍGUEZ, 2011, p. 67)

Essa integração entre princípios arquivísticos e infraestruturas de preservação digitais é indispensável, sobretudo no contexto atual, em que entidades internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), reconhecem a informação, além de um direito fundamental, como um importante ativo para a sociedade nas agendas globais relacionadas à sustentabilidade e Agenda 2030. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) possuem metas relacionadas à governança, por exemplo, ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis - com a qual os arquivos podem contribuir de forma estratégica fortalecendo a transparência e a *accountability* pública, garantindo acesso aos documentos, fornecendo informações confiáveis por meio da organização e preservação de dados e registros.

Ao estabelecer como meta a incorporação estratégica de tecnologias digitais, no caso o uso da Plataforma Atom, pautada em princípios arquivísticos, buscamos fortalecer a confiança institucional e a *accountability* universitária<sup>4</sup>, contribuindo para promoção de difusão e acesso a documentos arquivísticos digitais, pautada na credibilidade e na transparência no fortalecimento e consolidação da governança participativa na resiliência institucional e na articulação com políticas públicas de memória, informação e sustentabilidade.

---

<sup>4</sup> Dever das universidades de garantir transparência, justificar suas decisões e responder à sociedade pelos impactos de suas atividades.

### **Identificação e contextualização funcional dos documentos: vínculos orgânicos e integridade arquivística**

Embora possamos dispor de um valioso material formado por diversas espécies documentais, foi aplicando a metodologia de identificação documental que pudemos inicialmente separar os documentos provenientes da Antiga Faculdade dos produzidos após a formação da UFJF, na década de 1960. A relevância desse procedimento reside no fato de que para os documentos produzidos a partir da criação da UFJF, o tratamento foi balizado na legislação arquivística, classificação e avaliação. Quanto aos documentos da Antiga Faculdade, o tratamento aplicado é típico dos arquivos permanentes, identificação, análise tipológica, recolhimento, arranjo e descrição.

Nessa perspectiva, concordamos com Rodrigues (2012, p. 197) que argumenta que “A identificação é uma tarefa de pesquisa, de natureza intelectual, sobre o documento de arquivo e o seu órgão produtor, um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista.” A escolha pelo processo de identificação foi feita no intuito de restabelecer o que fosse possível da organicidade na documentação da Antiga Faculdade, em situação de MDA. As buscas pelas origens dos fundos, órgãos produtores e funções que teriam gerado aqueles documentos seriam fundamentais para reconstruir a relação orgânica entre eles.

Paralelamente ao trabalho de identificação, foi realizada a separação da documentação por produtores dos documentos do acervo (Antiga Faculdade e UFJF). Com relação ao Fundo Institucional UFJF foram realizados procedimentos de classificação e avaliação, gerando como produtos técnicos Guia de Transferência, Guia de Recolhimento e Listagem de Eliminação de Documentos. Com relação ao Fundo Antiga Faculdade, este foi inteiramente recolhido junto à Guia de Recolhimento, passando a ser custodiada pelo Arquivo Permanente do Arquivo Central da UFJF. Iniciamos então a etapa de análise tipológica nessa parte do acervo com o apoio de um projeto de extensão com alunos da própria Faculdade.

O desafio era realizar a descrição documental neste acervo com uma história administrativa que promoveu a fragmentação de sua documentação. O contexto do recolhimento, pós sinistro por águas pluviais, torna essa tarefa ainda mais desafiadora, haja visto a necessária movimentação inicial dos documentos para fora do ambiente de risco. Para Yeo (2016, p. 143), “Os acervos normalmente possuem complexas histórias, passando de uma custódia para outra antes de sua chegada aos arquivos históricos e, às vezes, adquirindo adições ou sofrendo perdas.”.

Esse é um dos contextos em que o autor propõe o uso da descrição retrospectiva, quando a organicidade e a ordem original de um conjunto documental foi total ou parcialmente perdida. O trabalho do arquivista então é buscar uma reconstrução intelectual das relações e do contexto.

A respeito de análise tipológica, Rodrigues e Viana (2023), em estudo de arquivos de arquitetura, destacam que a identificação da tipologia documental é capaz de promover a recuperação da proveniência e organicidade em situações de MDA, como é o nosso caso em andamento. É a análise tipológica que transforma a identificação em uma etapa capaz de garantir a qualidade no tratamento arquivístico, uma preocupação fulcral para nossa equipe.

Na tese de Silva (2015), a tipologia é colocada como chave para entender o “arquivo como conjunto orgânico” mostrando como cada espécie e tipo documental está vinculado à função do órgão produtor demonstrando que o arquivo não é só depósito físico, mas um sistema vivo de produção documental.

Favoreto (2023), propôs um manual arquivístico voltado ao tratamento de acervo eclesiástico após realizar um estudo sobre os tipos documentais usados para os registros paroquiais. Embora ainda não tenhamos alcançado produtos tão bem definidos como resultados, verificamos que esse estudo parte da identificação - análise tipológica - nos trazendo a perspectiva de que um método semelhante pode nos levar a desenvolver um trabalho relevante.

No que toca à diferença entre análise diplomática e análise tipológica, conforme Bellotto (2006, p. 87), “Quanto à análise tipológica dos documentos de arquivo, não basta conhecer a estrutura da espécie documental, como ocorre com a análise diplomática. [...], compreende-se que a análise tipológica é fundamentalmente arquivística”. Os princípios arquivísticos são a base dessa metodologia.

### **Digitalização controlada como medida de preservação e mitigação de riscos**

Para quem trabalha com arquivos é comum ouvir de gestores uma pergunta simples que exige uma resposta surpreendentemente complexa: Porque não digitalizamos tudo, eliminamos o suporte em papel e liberamos os espaços físicos? Quando arquivistas respondem quais medidas e investimentos são necessários para garantir uma infraestrutura de ambiente digital minimamente segura para guarda e acesso continuado aos documentos, o assunto costuma ser encerrado sem mais indagações.

Em pesquisa realizada sobre Gestão de Riscos, Menezes (2025), aponta que a digitalização sem investimentos, manutenção e suportes adequados aumentam a sobrecarga de trabalho para os profissionais de arquivos universitários (2025, p. 79). Em nossa Instituição, não temos ainda um programa de digitalização constituído. Fazemos esse procedimento por demanda de pesquisas, para atendimento remoto dos usuários dos serviços, uma prática que se tornou muito mais usual após o período da Pandemia Covid-19. No entanto, enfrentamos sérios problemas relacionados a espaço para armazenamento, segurança no ambiente digital, adoção de parâmetros, programas e implementação de Gestão de Riscos. Nossa prática nesse campo vai de encontro com o que aponta Menezes, “A digitalização, por sua vez, deve ser entendida como instrumento de ampliação do acesso e não como substituto da preservação física.”. (2025, p. 80).

Para além desse uso, o serviço de digitalização do nosso acervo, é uma das medidas de preservação e mitigação de riscos aos documentos em condições de maiores fragilidades de suporte a partir da disponibilização da reprodução em meio eletrônico, reduzindo o manejo dos documentos nos suportes originais, por vezes, fragilizados. É o caso dos documentos recolhidos da Antiga Faculdade. Entretanto, ao contrário de outros fundos sob a custódia deste Arquivo, este ainda não está disponível aos usuários, pois o trabalho técnico de arranjo e descrição está em andamento.

Contudo, estamos realizando a digitalização dos documentos ao mesmo tempo em que realizamos a descrição do fundo, visando a difusão e o acesso. Diante disso, uma estratégia foi realizar testes no AtoM. Para tanto, solicitamos um acesso ao sistema aos responsáveis.

### **Descrição multinível no software AtoM (*Access to Memory*)**

O site do Observatório de documentos digitais<sup>5</sup> reúne dados e informações sobre o AtoM no Brasil e no mundo e sugere que “Arquivos públicos e históricos podem, utilizando a plataforma AtoM, promover a difusão de seus acervos, permitindo que relevantes registros estejam acessíveis por meio da internet.” É nesse perfil de uso que o trabalho que desenvolvemos está inserido.

O software, AtoM, um acrônimo para *Access to Memory* (SILVA, TOGNOLI, 2023, p. 11), tem sua origem em uma iniciativa do *International Council on Archives* (ICA), com o estabelecimento

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://observatoriodocume.wixsite.com/atomnobrasil> . Acesso em: 06 abr. 2026.

de requisitos para um sistema arquivístico de código aberto. Foi projetado como uma plataforma web, multilíngue e de código aberto, voltada à descrição arquivística em conformidade com os padrões e normas internacionais, destacando-se por sua interoperabilidade e aderência às boas práticas da área. (FLORES, HEDLUND, 2014a, p. 92)

Em artigo, Silva e Tognoli (2023, p. 2), apresentam um dado do ano de 2021, extraído do Observatório de Documentos Digitais revelando que, naquele momento, 57 instituições utilizavam a plataforma AtoM Brasil. Refizemos a busca por plataformas AtoM no Brasil, no dia 09 de abril de 2026, acessando a página eletrônica do Observatório de documentos digitais e com dados, segundo o site, atualizados em março de 2026, identificamos 123 instâncias de uso da plataforma AtoM no Brasil, abrangendo órgãos públicos, instituições de memória, universidades e projetos específicos. Esse número não representa necessariamente o número de instituições únicas, mas sim de instâncias de uso do AtoM, podendo incluir, eventualmente, diferentes unidades de uma mesma instituição (ex.: vários tribunais ou campi e setores universitários) e projetos distintos dentro da mesma organização.

Conforme apontam Flores e Hedlund (2014b, p. 24-25), as principais características do AtoM são: descrição multinível; conformidade com as normas de descrição arquivísticas; possibilidade de anexar o representante digital; possibilidade de cadastrar usuários com permissões específicas; realização de pesquisa/substituição global de termos da descrição arquivística; existência de um motor de pesquisa avançada além da pesquisa simples; possibilidade de tradução da interface para vários idiomas; gestão da taxonomia; intercâmbio de dados (importação e exportação); possibilidade de alterar a interface gráfica através das configurações do software.

No âmbito do trabalho que desenvolvemos, já aplicamos em nossos testes a descrição multinível, a conformidade com as normas de descrição arquivísticas (no caso, a NOBRADE) e a possibilidade de anexar o representante digital.

Planejamos com a adoção do AtoM dispor de um instrumento de governança da informação, ao possibilitar rastreabilidade, padronização e transparência descritiva. Neste cenário a autenticidade é compreendida como resultado de procedimentos técnicos documentados, da manutenção do contexto de produção e da explicitação dos critérios de organização e acesso. A integridade é assegurada pela preservação das relações hierárquicas entre séries, subséries, dossiês

e itens, atualmente totalizando mais de uma centena de objetos digitais inseridos na plataforma em fase de teste.

### **Metodologia e métodos**

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, configurando-se como um estudo de caso em desenvolvimento, centrado na atuação do ACUFJF no tratamento de um acervo acadêmico histórico, a “Antiga Faculdade”.

O percurso metodológico foi estruturado em etapas sequenciais e interdependentes, conforme descrito a seguir:

- a) Delimitação do acervo: separação dos documentos com base nos respectivos produtores, distinguindo o acervo da Antiga Faculdade daquele produzido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como etapa fundamental para o restabelecimento do princípio da proveniência.
- b) Identificação arquivística e recomposição da organicidade: aplicação da metodologia da identificação arquivística ao fundo da Antiga Faculdade, visando à compreensão da natureza e a história do produtor, das atividades desenvolvidas e do conjunto documental produzido. Essa etapa constitui o eixo central da metodologia, permitindo a recomposição dos vínculos orgânicos e a estruturação preliminar de séries documentais.
- c) Digitalização para preservação e acesso: execução da digitalização de parte do acervo da Antiga Faculdade, considerando a fragilidade física dos suportes e o valor histórico dos documentos. A digitalização foi concebida não apenas como estratégia de preservação, mas, também, como meio de ampliação do acesso e suporte à gestão da informação digital. Essa ação foi possível através de um projeto de extensão ao longo do ano de 2025. Alunos do referido projeto atuaram na: preparação de documentos para a digitalização por meio da remoção de sujidades com trinchas, e de materiais metálicos como grampos; organização cronológica e/ou alfabética, no caso de fichas cadastrais; digitalização em dois equipamentos diferentes (Scanner Czur ET 25 para livros ata e formatos médios e Scanner AD380 Avisión para fichas e folhas avulsas); tratamento dos objetos digitais a partir da verificação da conformidade de padrões; aplicação de sinaléticas de uso interno do Arquivo Permanente.



- d) Observação técnica em instituições de referência: realização de visitas técnicas ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com o objetivo de analisar, *in loco*, o uso do software AtoM (*Access to Memory*) em acervos arquivísticos. Essa etapa permitiu a observação de práticas institucionais consolidadas, subsidiando a avaliação de viabilidade e a definição de parâmetros para a implementação da plataforma no contexto universitário.
- e) Modelagem descritiva e inserção de metadados: elaboração de um modelo de descrição arquivística, desenvolvido pela arquivista responsável, orientando a inserção padronizada de metadados no AtoM, em consonância com normas de descrição, no caso, a NOBRADE. (FIGURA 1)

**FIGURA 1 - Extrato de Modelo de descrição para Atom**

| Modelo de Descrição - ATOM (Aba "Descrições Arquivísticas" ou campo adicionar) |                                          |                                                                                                                                                                                                              |
|--------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Area 1 - Área de identificação                                                 | 1.1 Código de referência (Identificador) | Ex: Identifique com numeração simples dentro da série ou seção.                                                                                                                                              |
|                                                                                | 1.2 Título                               | Ex: Descrição sucinta do assunto.<br><i>Fotografias Bacharelados 1981.2</i>                                                                                                                                  |
|                                                                                | 1.3 Data(s)                              | Adicionar a data presente no documento, no caso de produção. Adicionar a data de início e de fim no caso de acumulação. Dentro do mesmo campo, pois os campos específicos serão preenchidos automaticamente. |
|                                                                                | 1.4 Nível de descrição                   | Item.                                                                                                                                                                                                        |
|                                                                                | 1.5 Dimensão e suporte                   | Textual, papel, x páginas.                                                                                                                                                                                   |

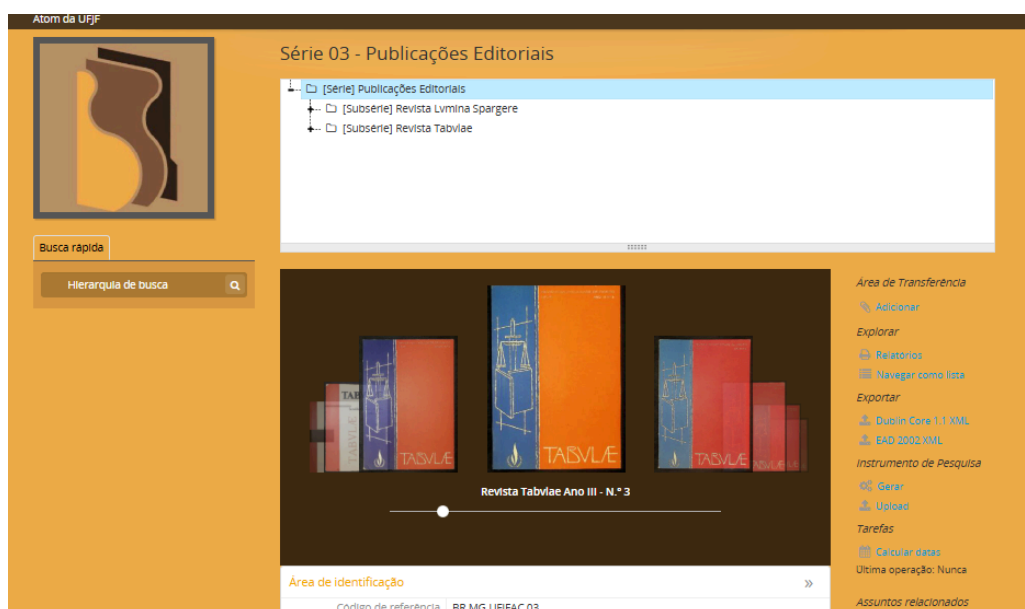
Captura de tela feito pela autora em 07/04/2026

- f) Descrição arquivística multinível em ambiente digital: aplicação da descrição de séries documentais no AtoM, adotando a estrutura multinível (fundo, séries, subséries, dossiês e itens), assegurando a manutenção das relações hierárquicas e contextuais entre os documentos.
- g) Testes de vinculação de representantes digitais: realização de testes de anexação de objetos digitais às descrições arquivísticas, com vistas à validação da funcionalidade do

sistema e à garantia da correspondência entre documento original e seu representante digital.

- h) Arranjo piloto e validação estrutural: desenvolvimento de um arranjo piloto no ambiente do AtoM, com o objetivo de testar a organização das séries documentais e validar a aderência da estrutura proposta à lógica arquivística e às funcionalidades da plataforma.
- i) Difusão e acesso inicial ao acervo: Publicação de uma série documental da Antiga Faculdade no AtoM da UFJF, configurando uma etapa inicial de difusão e acesso público ao acervo tratado. (FIGURA 2)

**FIGURA 2 - Primeira série de nível de acesso público do AtoM/UFJF**



Captura de tela feito pela autora em 07/04/2026

### Análise e discussão dos resultados

Ao iniciarmos este trabalho nossas maiores preocupações eram a recomposição da organicidade do acervo da Antiga Faculdade, que eu se encontrava em situação de MDA, e a estruturação de um ambiente digital orientado à governança da informação arquivística.

Destacamos o início do desenvolvimento da aplicação da metodologia da identificação arquivística. Nos primeiros dias de contato com a documentação, parecia ser uma tarefa impossível estabelecer qualquer relação orgânica entre o que nos pareciam se tratar de fragmentos

de materiais dispersos orgânica e temporalmente. Atualmente, dispomos de um acervo estruturado, em fase de preparação para abertura a pesquisadores.

A digitalização de parte do acervo contribuiu para a mitigação de riscos devido à fragilidade física dos suportes, ao mesmo tempo em que ampliou as possibilidades de acesso e manuseio indireto dos documentos, em meio digital, desde que articulada a procedimentos técnicos e descritivos eficientes.

As visitas técnicas realizadas em instituições de referência forneceram subsídios para o uso do *software* AtoM, permitindo a compreensão de suas possibilidades dentro da nossa realidade. A observação de práticas consolidadas contribuiu para a definição de parâmetros institucionais mais seguros para nosso trabalho. Optamos por explorar o potencial de descrição multinível do programa, pelo alinhamento às normas, possibilitando a representação estruturada do acervo, assegurando a manutenção das relações hierárquicas. O ambiente digital então passou a refletir, ainda que de forma inicial, a lógica orgânica atribuída ao conjunto documental.

Ainda em fase inicial, os testes de vinculação de representantes digitais às descrições evidenciam a viabilidade técnica da integração entre documentos digitais e instrumentos de pesquisa, fortalecendo a relação entre preservação e acesso. Paralelamente, o desenvolvimento de um arranjo piloto no AtoM permitiu validar a organização proposta, ajustando a disposição das séries às especificidades do acervo.

Por fim, a publicação de uma série documental da Antiga Faculdade no AtoM-UFJF configura um primeiro resultado concreto no campo da difusão, ao tornar acessível parte do acervo tratado. Essa iniciativa evidencia o potencial da plataforma não apenas como instrumento de acesso, mas como ferramenta de transparência e *accountability* institucional.

De forma geral, os resultados indicam que a articulação entre análise tipológica, digitalização e descrição em ambiente digital contribui para a consolidação de práticas de governança de acervos digitais baseadas na credibilidade, rastreabilidade e transparência.

### Considerações finais

Com o trabalho que vem sendo desenvolvido junto a este e outros acervos acadêmicos da UFJF, buscamos conscientizar gestores e a comunidade acadêmica de que o Arquivo é muito mais do que um depósito de documentos em desuso e passível de sofrer sinistros. Neste sentido, destacamos Souza (2018) vocacionando o “arquivo” não apenas como depósito físico, mas lugar institucional, jurídico e simbólico de memória, fomentando o valor social e ético.

Os resultados indicam que a identificação arquivística constitui um método eficaz para a recomposição da organicidade de MDA, mesmo em contextos de descontinuidade. Sua aplicação possibilitou a identificação de funções e a estruturação de séries. Por perspectivas futuras, indicamos o estabelecimento do método de identificação arquivística com aplicabilidade viável para outros acervos com situação de MDA.

A articulação entre procedimentos arquivísticos e tecnologias digitais foi estratégica, integrando preservação, descrição e acesso. A digitalização e o uso do AtoM contribuíram para a garantia da autenticidade e da integridade, ao assegurar rastreabilidade, padronização e transparência.

Os resultados, ainda parciais, demonstram a viabilidade da metodologia proposta e sua aplicabilidade em arquivos universitários. Defendemos a necessidade de continuidade das ações, com ampliação da descrição e da difusão do acervo.

Por fim, o estudo reforça que o uso orientado de tecnologias digitais fortalece a governança de acervos, ao alinhar acesso, preservação e responsabilidade informacional.

### Referências bibliográficas:

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CASWELL, Michelle. PUNZALAN, Ricardo L. SANGWAND, T-Kay. **Critical Archival Studies: An Introduction**. In: Critical Archival Studies. Special issue, Journal of Critical Library and Information Studies 1, no.2 (2017). DOI: 10.24242/jclis.v1i2.50.

COOK, Terry. SCHWARTZ, Joan M. *Archives, Records, and Power*: From (Postmodern) Theory to (Archival) Performance. Archival Science 2: 171-185, 2002.

FAVORETO, Diovani. **Análise tipológica e diplomática de documentos da Igreja Católica**: proposta de elaboração de um manual arquivístico aplicado aos registros paroquiais. Dissertação.

Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais. FGV, 2023. Disponível em:  
<<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/034c0b6e-5c8a-45bd-b798-4d464daa7f5f/content>> Acesso em: 05/01/2026

FLORES, Daniel. HEDLUND, Dhion Carlos. **Análise e aplicação do ICA-AtoM como ferramenta para descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do município de Santa Maria – RS.** Inf. Inf., Londrina, v. 19, n. 3, p. 86 - 106, set./dez. 2014a. Disponível em:  
<[https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/14892/pdf\\_33](https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/14892/pdf_33)> Acesso em: 06/04/2026.

FLORES, Daniel; HEDLUND, Dhion Carlos. **A preservação do patrimônio documental através da produção de instrumentos de pesquisa arquivísticos e da implementação de repositórios arquivísticos digitais.** Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária, Brasília, n. 3, fev. 2014b. Disponível em:  
<<https://bibliotecadigital-web.iphan.gov.br/server/api/core/bitstreams/d3fcb23d-926f-4c39-8c09-b401e98530bd/content>> Acesso em: 08/04/2026.

MENEZES, Priscila Lopes. **A percepção dos gestores de arquivos universitários federais acerca da gestão de riscos.** Páginas a&b. S.3, nº 24 (2025) 67-86. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/v/378135>> Acesso em: 09/04/2026

RODRIGUES, A. C. **Identificação: uma Metodologia de Pesquisa para a Arquivística.** In: VALENTIM, M. L. P., ed. **Estudos avançados em Arquivologia** [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 197-215. Disponível em:  
<https://books.scielo.org/id/znn37/pdf/valentim-9786559541294-11.pdf> Acesso em: 07/04/2026.

RODRIGUES, Ana Célia. VIANA, Claudio Muniz. **Documento de Arquitetura: Gênese e tratamento na perspectiva da tipologia documental.** Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, Extra 1. 2023. pg. 107-138. Disponível para download em:  
<<https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/download/12364/9199>> Acesso em: 07/04/2026.

RODRÍGUEZ, Sonia Troitiño. **Da crítica diplomática à análise tipológica: abordagens e técnicas de análise documental.** Scire. 17:1 (en.-jun. 2011) 65-72. Disponível em:  
<<https://brapci.inf.br/v/167821>> Acesso em: 06/04/2026.

ROUSSO, Henry. **O Arquivo ou o Indício de uma Falta.** Tradução de Dora Rocha. Estudos Históricos, 1996 - 17. P. 85-91.

SILVA, Deivson Sabadini Nascimento da. TOGNOLI, Natália Bolfarini. **O papel do AtoM na difusão de acervos de centros de memória de instituições públicas.** Ágora: Arquivologia

em debate, Florianópolis, v. 33, n. 67, p. 01-23, jul./dez. 2023. Disponível em:  
<<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1153/1081>> Acesso em: 06/04/2026.

SILVA, Margareth da. **O arquivo e o lugar**: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos. Tese. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de História Programa De Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2015. Disponível em:  
<[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22122015-093801/publico/2015\\_MargarethDaSilva\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22122015-093801/publico/2015_MargarethDaSilva_VCorr.pdf)> Acesso em: 05/01/2026.

SOUZA, Rosale de Mattos. **Transversalidades entre o arquivo e a custódia**: as mudanças de paradigmas na arquivologia. Acervo, rio de janeiro, v. 31, n. 3, p. 116-120, set./dez. 2018. Disponível em: < <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/952/987> > Acesso em: 05/01/2026.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **Por uma história da Diplomática**: dos diplomas ao documento digital. (p. 83-98) In: MARIZ, Anna Carla Almeida. RANGEL, Thayron Rodrigues. (org.) **Arquivologia**: temas centrais em uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro. FGV. 2020.

WIMMER, Mario. **The Present as Future Past**: Anonymous History of Historical Times. Storia della Storiografia, 68 · 2/2015. P. 165-183.

YEO, Geoffrey. **Debates em torno da descrição**. (135-169). In: EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather. (org.) **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução de Anderson Bastos Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

## Digitalização, organização, descrição e disponibilização do acervo documental da polícia política mineira - COSEG

Antônio Henrique Boaventura Silva

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

antonioboaventura93@gmail.com

Ana Flávia Murad Santos

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

anaflaviaturadsantos@gmail.com

Guilherme Cardoso Caldeira

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

guilhermecaldeira000@gmail.com

**Resumo:** A *Coordenação Geral de Segurança* (COSEG-MG) foi um órgão de informação que atuou durante o período da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Criada em 1970, sua função era produzir e difundir dados de interesse para a segurança interna, além de planejar e coordenar atividades conjuntas com as demais entidades envolvidas na repressão, sobretudo em Minas Gerais. A existência de seu acervo documental foi constatada durante a apuração, em CPI, do acervo do *Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais* (DOPS/MG). Nesse sentido, o projeto busca dar um tratamento adequado ao acervo, sendo orientado pelos professores Rodrigo Patto Sá Motta, Miriam Hermeto e Adalson de Oliveira Nascimento, além de financiado pela *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais* (FAPEMIG) com uma equipe de 4 bolsistas, acompanhados por mais 1 bolsista de iniciação científica financiado pelo *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq). Como metodologia, tem-se a gestão documental de acervo permanente, com a digitalização e disponibilização promovida pelo *Arquivo Público Mineiro* (APM), e a descrição dos documentos, feita pelos 5 bolsistas do projeto. A indexação ocorre numa planilha coerente com um manual de preenchimento de dados da COSEG/MG, adequada à Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADÉ) e à plataforma AtoM. O preenchimento das informações contempla diferentes dados, destacando-se a recuperação de nomes, âmbito e conteúdo das pastas. Essa metodologia é um aperfeiçoamento dos métodos de gestão do acervo documental do DOPS-MG, desenvolvidos de 2002 a 2007, sob a coordenação do professor Rodrigo P. Sá Motta. Enquanto objetivos gerais, o projeto visa continuar os trabalhos, inaugurados em 2017, de preservar e oferecer um tratamento técnico adequado ao acervo da COSEG, tornando possível sua abertura à consulta pública, o acesso do cidadão à informação, e a possibilidade de estudar a história da atuação da COSEG durante a Ditadura Militar. A nova edição do projeto, iniciada em Julho de 2024, já demonstrou resultados pertinentes, com a descrição detalhada de documentos, que compreendem mais de 165.800 imagens divididas em 89 rolos de microfilme, pelos bolsistas. Logo, a partir das atividades desenvolvidas, torna-se possível compreender mais detalhadamente a atuação da COSEG e suas funções, o que suscita uma série de questionamentos relevantes para as discussões historiográficas relacionadas à Ditadura Militar Brasileira.



**Palavras-chave:** Coordenação Geral de Segurança; Ditadura Militar Brasileira; Gestão documental; Acervo permanente.

### Introdução

A Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) foi um período marcado por uma forte repressão e vigilância na sociedade. Em prol do *status quo* do regime, era necessário prevenir, neutralizar e reprimir as manifestações antiditatoriais e os crimes contra a segurança nacional. Diante disso, a escolha em investir em serviços de Inteligência como estratégia de repressão aos considerados elementos subversivos - ou potencialmente subversivos - era imprescindível.

Nesse contexto, nasce em 30 de julho de 1970, a *Coordenação de Segurança Geral* (COSEG ou COSEG-MG), no âmbito da *Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais* (SESP/MG). Em um contexto agudo de perseguição ideológica-política, esse órgão de informação tinha como objetivo produzir e difundir dados de interesse para a segurança interna, bem como planejar e coordenar atividades conjuntas, integrando as demais entidades envolvidas na repressão, como o *Serviço Nacional de Informações* (SNI/ABH), o *Departamento de Ordem Política e Social* (DOPS/MG) e outras instituições de segurança (COSTA, 2021, p. 11-12).

Até o ano de 1975, a COSEG atuou mais como um projeto-piloto de um órgão de segurança, sem as diretrizes de um regulamento interno ou de uma estrutura formalmente arquitetada. Após um processo de reorganização, com padrões de conduta definidos e certo nível de especialização no tratamento de informações, tornou-se uma ferramenta útil para a segurança pública do estado de Minas Gerais. Na Resolução Reservada nº 01, de 17 de novembro de 1975, que dispunha sobre o Regimento Interno da *Coordenação Geral de Segurança* e que vigoraria pelo menos até o início da década de 1990, estavam os principais objetivos da instituição:

I) elaborar estudos, programas e projetos referentes às ações de segurança, observadas as diretrizes estabelecidas pelo secretário de Estado de Segurança Pública; II) planejar o emprego conjunto das polícias Militar e Civil em ações de segurança; III) orientar, coordenar e supervisionar atividades de informações e contra-informação das polícias Militar e Civil; IV) planejar, coordenar e supervisionar as atividades de Segurança Física de Estabelecimentos no Estado; V) produzir e difundir informações internas, de segurança interna e de segurança pública; VI) promover estudos para a fixação da política, da estratégia e da doutrina de segurança pública no Estado; VII) orientar a busca de informes segundo os Elementos Essenciais de Informação – EEI – estabelecidos pelo secretário de Estado da Segurança Pública e os constantes no Plano Nacional de Informações (COSTA, 2021, p. 79).

Reorganizada e em pleno funcionamento, as atividades do órgão eram administradas em 17 divisões, classificadas entre seções e subseções, entre elas o seu arquivo. De acordo com o delegado Ediraldo Brandão, atuante na instituição à época, a COSEG era responsável por realizar um levantamento dos “antagonismos”, isto é, todos os potenciais conflitos relacionados a assuntos considerados pertinentes aos interesses do secretário de segurança eram analisados e arquivados (COSTA, 2021, p. 36).

Diante disso, seu acervo reúne materiais referentes a organizações de esquerda, partidos políticos e suas dissidências, movimentos sociais, representações estudantil e de classe, como também dados sobre a política nas esferas municipal, estadual e federal. Ao mesmo tempo, também contempla registros de “crimes comuns”, como furto, homicídio e práticas de jogos de azar. (COSTA, 2021, p. 37).

Ao todo, são 815 rolos de microfilme, cerca de 18.000 microfichas e seis caixas de documentos textuais, datados entre 1971 e 2000. Esse material permaneceu desconhecido até a atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada no final dos anos 1990, quando sua existência foi revelada durante as investigações sobre o destino da documentação do DOPS/MG (CPI do DOPS).

Lento e burocrático foi o caminho percorrido até a abertura de suas pastas. Os documentos foram transferidos ao *Arquivo Público Mineiro* por meio do Decreto nº 46.143 apenas em 2013, medida efetivada no ano seguinte. A disputa pelo controle dessa documentação é reveladora, uma vez que as forças policiais se opuseram à abertura, argumentando que isso poderia causar prejuízos à corporação e às atividades investigativas em andamento (COSTA, 2021, p. 36).

Com a abertura dessa documentação, o *Laboratório de História do Tempo Presente* (LHTP) da *Universidade Federal de Minas Gerais* (UFMG) identificou uma importante oportunidade para os estudos sobre a ditadura militar brasileira, possibilitando a criação deste projeto. Seu objetivo é promover o tratamento técnico adequado, de modo a disponibilizá-lo de forma organizada e sistematizada.

Como indica o título deste trabalho, buscamos digitalizar, organizar, descrever e disponibilizar o acervo documental da política política mineira. A edição do projeto, iniciada em Julho de 2024, conta com a participação de quatro bolsistas financiados pela *Fundação de Amparo à*

*Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)*, além de um bolsista de iniciação científica financiado pelo *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)*.

### **O acervo COSEG e sua composição documental**

Atualmente, o acervo da COSEG conta com 24 categorias de documentos espalhados pelos rolos e pastas já trabalhados. São estes: atestados; atos normativos; correspondências policiais, oficiais e pessoais; depoimentos; desenhos (caricaturas, charges, quadrinhos, cartoons); documentos pessoais, processuais e de organizações; fichas de identificação; fotografias; jornais; licenças; listas de nomes e objetos; livros; materiais cartográficos, de perícia e de propaganda; recortes de jornais; relatórios policiais; requisições e revistas.

Sabendo disso, pretende-se neste artigo destacar as espécies de documentos observados com mais frequência durante o processo de descrição e pontuar de quais formas elas se fazem presentes no acervo. Com isso, buscamos apresentar as possibilidades de pesquisa que o projeto oferece para a comunidade acadêmica.

### **Correspondências policiais, oficiais e pessoais**

Durante o processo de descrição dos documentos pertencentes à *Coordenação Geral de Segurança*, foi observado a recorrência em que são encontradas correspondências trocadas por esse órgão, em especial as correspondências policiais, de tal maneira que elas estão presentes na grande maioria dos rolos descritos. Torna-se importante então compreender de que forma essas correspondências aparecem - tanto as policiais quanto as oficiais e pessoais - nas pastas documentais, porquê elas são tão presentes e como é possível identificá-las.

As correspondências policiais remontam os processos administrativos, jurídicos e informativos nos quais a COSEG está diretamente envolvida, sendo ela um dos sujeitos tratados no assunto do documento ou simplesmente o órgão comunicador da situação abordada por ele. Sendo assim, as correspondências policiais são aqueles documentos responsáveis por demonstrar como funcionava a comunicação dessa delegacia com seus pares - *Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)* e demais órgãos colaboradores como o *Sistema Nacional de Informações (SNI)*, *Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs)* e delegacias de outros municípios ou Estados - ou entre seus funcionários e detetives contratados.

Entre elas, observamos avisos, cartas entre delegados, detetives, chefes de departamentos e outras autoridades policiais, comunicados de serviços, ofícios, encaminhamento de dados de qualificação e antecedentes, radiogramas, telexes etc. Logo, elas podem ser analisadas para compreender como se dava o funcionamento interno da COSEG e quais os tipos de linguagem e metodologia eram utilizadas para tratar as questões de responsabilidade da polícia política em meio à Ditadura Militar Brasileira.

De forma geral, as correspondências policiais possuem em seu corpo (de cima para baixo) um carimbo de confidencialidade; o nome do órgão que emitiu a mensagem; o local e data de produção; o número do informe; o assunto; a origem do documento; para qual ou quais delegacias está sendo difundida; o indicativo de referência a outra correspondência ou anexo de imagens e demais documentos; e por fim a mensagem difundida que recorrentemente consiste em repasse ou pedidos de busca de dados de qualificação e antecedentes de pessoas investigadas.

Já as correspondências oficiais são trocas de mensagens entre o DOPS e instituições públicas ou privadas, desde bancos e associações a ministérios, prefeituras e secretarias. Enquanto isso, as correspondências pessoais apresentam variados formatos, bilhetes, cartões e denúncias por exemplo, e não necessariamente têm como destinatário uma instituição policial, haja visto que muitas delas são relativas à vida privada e fazem parte de um processo investigativo. Sendo assim, as correspondências oficiais e pessoais não apresentam uma base própria que se repete nos ofícios policiais, já que essas duas dependem da pessoa física ou jurídica que escreve a mensagem.

### **Atestados e Requisições**

Como abordado anteriormente, as correspondências policiais são espécies documentais muito presentes no acervo da COSEG e que concentram uma gama variada de assuntos, entre eles os pedidos de busca e repasses de dados envolvendo antecedentes políticos-sociais e criminais. Grande parte dessas correspondências envolvem envios ou solicitações de atestados relativos a civis e militares, sendo assim, nota-se que os atestados também são compartilhados frequentemente pelas delegacias, principalmente devido à quantidade de documentações relativas a processos investigativos ofertadas pelo acervo.

Os atestados encontrados e descritos na COSEG incluem atestados políticos-sociais, atestados de boa conduta, bons antecedentes e de serviços prestados, sendo que os dois

primeiros são os mais comuns. Tais atestados podem ser dispostos em formato de certidões que respondem a solicitações de algum ofício em curso e apresentam os dados e os antecedentes de indivíduos em texto corrido e datilografado por um escrivão.

Já os atestados de boa conduta seguem modelos particulares que dependem do órgão e do município que os emitem. No entanto, os dados contidos nessas espécies costumam ser as mesmas, sendo elas nome, nacionalidade, idade, profissão, estado civil, naturalidade, filiação, endereço de residência, assinatura e carimbo do responsável pela informação, podendo constar com uma fotografia do requerente ou não.

Essas espécies documentais muitas vezes aparecem juntamente com requisições de antecedentes feitas por civis ao *Departamento de Ordem Política e Social* principalmente com o intuito de aplicação a vagas de emprego, cargos políticos ou até validação de passaporte, o que evidencia a necessidade de um histórico favorável ao contexto ditatorial para acessar determinados setores da sociedade brasileira a partir de 1964. A partir desse tipo de requisição - que se enquadra como outro tipo de espécie documental presente no acervo da COSEG - se iniciavam processos investigativos dentro da delegacia, haja visto que ao recuperar o histórico político, social e criminal do requerente para que um possível atestado de bons antecedentes fosse emitido, alguns inquéritos policiais ou atividades consideradas suspeitas eram revisitados.

De forma menos recorrente, são observadas ainda algumas requisições para licença de porte de armas também ao DOPS e seguindo o mesmo padrão das requisições de atestado. Nesse caso, além dos dados pessoais do requerente, o departamento solicita uma justificativa e as características da arma. Para que licenças desse tipo sejam emitidas, a delegacia também recupera os atestados de antecedentes do solicitante, especialmente quando são civis.

### **Materiais de propaganda**

Os materiais de propaganda também são encontrados com frequência nas imagens dos rolos de microfilmes analisados. Trata-se de documentos externos ao órgão de segurança, uma vez que esses materiais eram recolhidos pelos agentes nas ruas e submetidos à análise. Diante disso, é importante compreender como um material de propaganda é identificado e qual é o seu contexto de produção.

De acordo com o Manual de Indexação do Subfundo Coordenação Geral de Segurança (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 2024), os materiais de propaganda englobam dois grandes grupos documentais: O primeiro abarca os folhetos, publicações de conteúdo informativo e/ou explicativo, não periódicas, compostas por poucas folhas, com capa de papel brochura e número de páginas variável. O segundo grupo circunscreve os panfletos, pequenos escritos de conteúdo informativo, propagandístico ou satírico/polêmico, que geralmente possuem apenas uma página.

Esses folhetos e panfletos podem ou não apresentar autoria identificada, o que também reflete o panorama de censura vigente à época. As temáticas desses materiais são múltiplas e envolvem desde panfletos de movimentos estudantis manifestando oposição ao regime repressivo e de sindicatos e grêmios reivindicando melhores condições de trabalho até folhetos de cunho religioso. Portanto, é interessante notar quais temáticas os agentes de segurança consideravam relevantes - ou não - para sua vigilância.

### **Recortes de jornais**

Dentre as categorias documentais identificadas no acervo do Subfundo COSEG-MG, fazemos destaque também para os recortes de diferentes jornais brasileiros. Sua presença foi considerável no decorrer dos rolos trabalhados pela equipe do projeto.

Em relação à descrição, os recortes de jornais correspondem às partes de uma edição publicada pelo setor de imprensa brasileiro. Dentre os tipos de recortes, já foram registrados desde reportagens, manchetes, artigos autorais publicados em jornal, e até informações de diários oficiais. Porém, destacamos o maior contato da equipe do projeto com recortes de reportagens jornalísticas selecionados de edições da chamada “Grande Imprensa” - *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* - como também jornais regionais do estado de Minas Gerais - *Estado de Minas*, *Jornal de Minas*, *Diário da Tarde*, *Diário de Minas*.

De forma detalhada, os recortes de jornais eram colados em uma folha-modelo da Coordenação de Informações (divisão da COSEG/MG) para verificação. Nela, é escrito o nome do jornal com a datação de sua edição correspondente. Em certos recortes, há também a marcação de nomes ou assuntos presentes, como parte da atividade de verificação e recuperação de informações pela COSEG-MG na parte selecionada.

Quanto às temáticas referenciadas nos recortes de jornais, há uma variedade de assuntos, de acordo com a documentação de cada rolo de microfilme do subfundo. Entretanto, constatamos a presença de recortes de jornais em pastas com investigações sobre atividades consideradas subversivas pela polícia política mineira, as quais foram transmitidas pela imprensa. Nesse sentido, os recortes de jornais são ora anexados a outras documentações, ora separados conjuntamente em uma única espécie documental.

### **Relatórios Policiais**

Os relatórios policiais são outra espécie documental muito recorrente nas pastas digitalizadas do arquivo. É interessante destacar que nem todos os documentos possuem algum elemento identificador que os nomeie como “relatório policial”. Portanto, sua identificação requer uma leitura atenta e pesquisa cuidadosa de cada documento.

Os relatórios são um bom exemplo disso, pois nem sempre apresentam título ou outro marcador que permitam sua pronta identificação. Em grande parte, tratam-se de relatórios de investigação, comunicações de investigadores, comunicações de diligências e relatórios de participação em congressos ou reuniões. Em suma, são documentos que relatam atos, eventos, investigações entre outros acontecimentos.

Os relatórios da *Coordenação Geral de Segurança* (COSEG-MG) estão circunscritos às vivências de agentes que reportavam aos superiores do órgão informações importantes consideradas importantes sobre determinados acontecimentos. Entre eles, podem ser citados eventos de lançamento de revistas consideradas subversivas, congressos estaduais ou nacionais de determinadas categorias profissionais e até mesmo movimentos religiosos classificados como suspeitos.

Esses documentos são extremamente descritivos e ricos em detalhes, registrando falas, decisões, cada fala, decisões e demais informações captadas pelos agentes de campo. Nesse sentido, os relatórios corroboram a percepção de controle e vigilância já mencionada, uma vez que incidiam sobre a investigação de qualquer indício de oposição ao regime ditatorial.



### Perspectivas e considerações

A partir das atividades desenvolvidas no projeto - incluindo a descrição de mais de 170 mil imagens documentais, distribuídas em mais de 80 rolos de microfilme -, destacamos a existência de um rico acervo documental. E assim, colocamos em perspectiva o uso de seu conjunto documental para a construção de novos objetos de estudo no exercício dos historiadores.

Em sua dissertação de mestrado, Milene Costa destaca a persistência de uma carência de estudos históricos que tratam da atividade dos serviços de informações referentes aos “setores de segurança pública estaduais” (COSTA. 2021. p.37). Em concordância a tal contextualização - somado aos frutos obtidos pela pesquisa inovadora de Costa - ressaltamos o acervo COSEG como um acréscimo pertinente para os historiadores, pois o seu conteúdo permite induzir ao pesquisador, primeiramente, uma reflexão sobre o funcionamento cotidiano da *Coordenação Geral de Segurança*, além de suas múltiplas funções enquanto membro de uma “comunidade regional” de informações (COSTA. 2021. p 33), durante a Ditadura Militar Brasileira. Destacamos, então, a pertinência de subséries descritas no decorrer do projeto.

A começar pela subsérie “Pastas de Municípios”, identificamos a composição de documentos que abordam a política de segurança pública em diversos municípios do estado de Minas Gerais, o que torna suscetível para pesquisas sobre a vigilância e atuação detalhada dos órgãos de segurança em escala local. Em relação à subsérie “Entidades Particulares”, torna-se aberta a discussão, a partir de sua documentação, a respeito da lógica em torno da troca de informações dos serviços de inteligência com os setores empresariais, públicos e privados.

Já a respeito da subsérie “Greves Diversas”, há uma tendência para a apuração dos órgãos de segurança em relação a greves de diferentes categorias profissionais, além das organizações envolvidas nestes eventos, como sindicatos, associações e federações. No caso da subsérie “Órgãos de Segurança”, tem-se destaque para as trocas sigilosas de dados periódicos entre os órgãos de informação, com destaque para a inteligência das *Forças Armadas*, a respeito de eventos de matriz política, econômica, psicossocial e subversivos, ligados à administração pública. Por fim, a subsérie “Comunicação Social” já possibilita discutir a respeito da vigilância da COSEG aos órgãos de imprensa, através da verificação de jornais - incluída a chamada “Grande Imprensa” e as publicações regionais dentro do Estado de Minas Gerais.

Ainda que de maneira breve, nota-se nas subséries a presença de diferentes temáticas, das quais enriquecem, a nosso ver, as possibilidades para futuras pesquisas históricas. Nesse sentido, deixamos também em questão sobre a o nível de articulação institucional entre os órgãos de segurança pública, especialmente aqueles localizados no interior do estado de Minas Gerais, considerando o expressivo volume de documentação remetida por essas instâncias à *Coordenação Geral de Segurança*. E à medida em que se aprofundam as consultas entre as subséries do acervo, não se deixa de impressionar pela quantidade de informações difundidas entre as espécies documentais, condicionada pela variedade de seus assuntos temáticos.

Assim, concluímos ao demonstrar que a gestão documental do acervo permanente COSEG contribui significativamente para o fortalecimento de uma memória coletiva sobre um período de grande relevância na história recente do Brasil - de maneira a não só disponibilizar o seu acesso à população, como também contribuir para o direito à informação ligada a um passado presente.

#### Referências bibliográficas:

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Manual de indexação do Subfundo Coordenação Geral de Segurança**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Arquivo Público Mineiro, 2024.

COSTA, Milene Lopes Frade da. **Segurança pública - segurança nacional: o serviço de informações da SESP/MG (COSEG - 1970-1990)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2021.

## Entre arquivos e memória: A gestão documental na Faculdade de Serviço Social da UFJF

**Priscila de Oliveira Dias do Couto**

Arquivista UFJF

[priscila.dias@ufjf.br](mailto:priscila.dias@ufjf.br)

**Cristhiane do Carmo Brothis**

Graduanda Serviço Social UFJF

[Cristhiane.brottis@estudante.ufjf.br](mailto:Cristhiane.brottis@estudante.ufjf.br)

**Mariana Moreira do Bem Brandão**

Mestranda em História UFJF

[bem.mariana@estudante.ufjf.br](mailto:bem.mariana@estudante.ufjf.br)

**Ana Luiza Meirelles Janiques Paes**

Graduanda em História UFJF

[paes.ana@estudante.ufjf.br](mailto:paes.ana@estudante.ufjf.br)

**Resumo:** Arquivos constituem instrumentos fundamentais de cidadania, acesso à informação e preservação da memória social, sobretudo em contextos de crise e de disputas em torno das narrativas históricas. Nesse sentido, o presente trabalho discute a importância da gestão e da análise documental na produção do conhecimento histórico, a partir do acervo da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), considerando também a existência, no âmbito institucional, de um centro de memória e documentação que evidencia a relevância da preservação desses materiais. A pesquisa se desenvolve no contexto de um projeto de treinamento profissional, a partir da experiência direta de análise e organização documental no acervo da Faculdade de Serviço Social da UFJF, mobilizando instrumentos da arquivologia, como o Plano de Classificação de Documentos (PCD) e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD). No processo de contato com os documentos, especialmente atas, relatórios, correspondências e registros curriculares, foi possível identificar materiais dotados de valor secundário, cuja preservação permite compreender processos históricos mais amplos. A investigação evidencia que as transformações observadas na formação, no perfil discente e nas estruturas curriculares do curso de Serviço Social estão diretamente articuladas ao contexto histórico brasileiro, sendo interessante dar atenção no período de crise do regime militar e de transição para a redemocratização. A análise dos documentos permite visualizar essas mudanças de forma concreta, revelando a relação entre as transformações da profissão e o processo histórico mais amplo. Nesse cenário, a universidade se configura como espaço de tensionamento e produção crítica, em diálogo com as mudanças teórico-metodológicas do Serviço Social, destacando-se o processo de renovação da profissão, conforme analisado por José Paulo Netto, especialmente no que se refere à perspectiva da intenção de ruptura e suas bases sociopolíticas. Desse modo, compreende-se que o trabalho arquivístico, aliado a um olhar sensível e historicamente orientado, possibilita não apenas a organização e preservação dos documentos, mas também a construção de interpretações críticas sobre a relação entre universidade, profissão e sociedade. Assim, os arquivos afirmam-se como espaços de memória e resistência, fundamentais para a compreensão das transformações históricas e para a preservação do patrimônio institucional.

**Palavras-chave:** Gestão documental; Memória institucional; Renovação do serviço social; Redemocratização.

### **A Gestão Documental na Faculdade de Serviço Social da UFJF**

Os Arquivos constituem instrumentos essenciais para o exercício da cidadania, o acesso à informação e a preservação da memória social. O arquivo da Faculdade de Serviço Social (FSS) reúne registros importantes que refletem tanto a produção intelectual quanto a história institucional da faculdade, inclusive antes mesmo de ser incorporada à *Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)*. No acervo podem ser identificados dois conjuntos documentais distintos: os documentos referentes à antiga Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, e os documentos produzidos e recebidos pela FSS/UFJF após o processo de incorporação.

A Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora foi instituída e oficialmente aprovada pelo Decreto nº 43.566, em 21 de abril de 1958. Inicialmente, operou como uma entidade estritamente privada até o ano de 1968. Em 12 de março de 1969, foi agregada à *Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)*, sendo definitivamente incorporada em 11 de novembro de 1974, conforme estabelecido pela Lei nº 6.139/74.

Na teoria arquivística, o conjunto documental da antiga Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora é identificado como um fundo fechado, pois não ocorre mais a produção de novos documentos por essa instituição. Segundo o *Arquivo Nacional* (2005, p.96), denomina-se “fundo fechado o fundo de arquivo que não recebe acréscimos de documentos em razão de a entidade produtora ter sido extinta ou ter sofrido alterações estruturais que implicaram a cessação de suas atividades.” Após a federalização, a antiga faculdade deixou de existir enquanto entidade autônoma, transformando os documentos gerados em um conjunto documental delimitado que serve como um valioso registro histórico das origens do curso quanto da instituição.

O fundo arquivístico fechado apresenta um ciclo completo, com início, desenvolvimento e fim. Por se tratar de um fundo que possui valor histórico permanente, as atividades prioritárias concentram-se na identificação, organização, descrição e disseminação dos documentos. Considerando o contexto em que foram produzidos e sua relação orgânica, os documentos podem ser analisados, identificados e descritos com o objetivo de serem usados futuramente como fontes para pesquisa e informação. Além disso, busca-se ampliar as possibilidades de acesso a esses registros por pesquisadores e demais interessados.

Por outro lado, os documentos produzidos a partir da incorporação à universidade passaram a compor um fundo aberto, que continua em expansão devido à continuidade das atividades acadêmicas e administrativas. Para esse conjunto documental, torna-se necessária a aplicação de procedimentos de gestão documental e avaliação arquivística.

De acordo com a Lei nº 8.159/1991, “considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991, art. 3º). Nesse sentido, a gestão documental desempenha um papel importante na FSS, sendo essencial para o levantamento, tratamento e preservação das informações produzidas ao longo de sua história institucional.

A gestão de documentos é organizada operacionalmente em três etapas principais: produção, tramitação e uso, avaliação e destinação. Essas etapas podem ser compreendidas da seguinte forma:

1. Produção: corresponde ao momento de criação do documento. Nesta etapa, busca-se a padronização modelos de formulários, atas e relatórios, e além de limitar a produção de cópias desnecessárias, favorecendo a eficiência;
2. Tramitação e uso: abrange a definição do fluxo de documentos durante a sua utilização no cumprimento de funções administrativas. Esse processo envolve a implementação de métodos e protocolos que garantam o fácil acesso aos documentos quando necessário.
3. Avaliação e Destinação: consiste na análise dos documentos acumulados com o objetivo de definir quanto tempo o documento deve ser guardado e sua destinação final. Essa destinação, poderá ser a eliminação segura ou o arquivamento permanente. Nesse processo, utiliza-se a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD), um instrumento essencial para auxiliar na tomada de decisões adequadas.

Diante do cenário encontrado na FSS, caracterizado pela existência de um expressivo volume documental, pode-se considerar a presença de uma Massa Documental Acumulada (MDA), entendida como o conjunto de documentos produzidos e acumulados sem tratamento arquivístico adequado. Nessa circunstância, a implementação de uma gestão documental eficiente torna-se necessária.

Nesse contexto, visando à identificação de documentos de valor histórico, foram utilizados os instrumentos de gestão documental: o Plano de Classificação de Documentos (PCD) e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD). Esses instrumentos se mostraram essenciais para a análise, classificação e destinação dos documentos. O PCD permite agrupar e codificar os documentos de acordo com suas funções e subfunções da instituição, enquanto a TTDD estabelece os prazos de guarda dos documentos, nas fases corrente e intermediária, além de determinar sua destinação final. Sem uma avaliação sistemática baseada nesses instrumentos, existe o risco de perda de documentos e informações devido a práticas inadequadas na gestão e descartes documental.

A destinação final definida pela TTDD é fundamental para identificar os documentos que possuem o valor secundário. Determinados tipos documentais, como atas, relatórios e ementas curriculares são inicialmente produzidos para atender as demandas administrativas imediatas, caracterizando seu valor primário. No entanto, após cumprirem essas funções iniciais, esses documentos adquirem uma nova importância ao se tornarem fontes significativas de pesquisas e informações. Eles se transformam em registros essenciais para compreender a trajetória institucional e os processos históricos. Segundo Schellenberg (2006, p.58), “o valor secundário baseia-se na utilidade que os documentos possuem para outros fins que não aqueles para os quais foram criados originalmente, transformando-se em fontes de pesquisa para a história.

Com base na metodologia aplicada ao conjunto documental da Faculdade de Serviço Social, utilizando, foram utilizados os instrumentos de gestão de documentos (PCD/TTDD) como critérios de seleção para organização, análise e identificação dos registros documentais. Essa abordagem possibilitou o reconhecimento de dois principais conjuntos documentais: o primeiro abrange o período anterior à incorporação da faculdade a UFJF, em 1958; já o segundo é composto por documentos produzidos após a integração e segue até os dias atuais. Durante a análise, foram examinados documentos como correspondências encadernadas, dossiês de alunos, processos sobre assuntos diversos, relatórios, entre outros. A aplicação dos instrumentos de gestão viabilizou a identificação, dentro desse acervo, de registros com valor histórico secundário. Esses documentos apresentam eventos relacionados às transformações no curso de Serviço Social, sobretudo em contextos históricos importantes, como a crise durante o período do regime militar e o processo de redemocratização.

### **Programa de Treinamento Profissional: projeto-piloto Guia de Fontes**

Para priorizar a identificação de fontes históricas no acervo da FSS, tornou-se necessário desenvolver um trabalho alinhado ao Programa de Treinamento Profissional, levando em conta as demandas do trabalho de gestão documental. O objetivo principal do projeto-piloto Guia de Fontes, é identificar e mapear as fontes históricas que constituem a memória institucional da FSS.

O projeto Guia de Fontes é uma iniciativa cujo principal objetivo é reunir informações sobre os documentos históricos das faculdades que deram origem à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), buscando preservar e valorizar a memória institucional. De acordo com o Arquivo Nacional (2005, p. 98) “Guia é o instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções conservados em um ou mais arquivos, sua história, organização, abrangência e condições de acesso.” E a proposta de um Guia de Fontes para a FSS tem por objetivo preservar a memória institucional da faculdade, reforçar a identidade acadêmica e aprofundar o conhecimento sobre a evolução do curso e da profissão de assistente social no âmbito regional e nacional. O Guia de Fontes permite organizar, sistematizar e mapear os documentos, registros e informações históricas, garantindo que a memória da FSS seja preservada e viabilizando o acesso público para os pesquisadores e pessoas interessadas.

O Guia de fontes constituirá um instrumento de mediação entre os pesquisadores e o acervo documental da Faculdade. Assim, a organicidade dos documentos administrativos a partir da gestão documental, se configura em um importante patrimônio histórico da faculdade, proporcionando uma valiosa fonte de informação e pesquisa. A análise de atas, relatórios, correspondências e registros curriculares permitiu identificar documentos de valor secundário, cuja preservação possibilita a compreensão de processos históricos mais amplos relacionados à trajetória institucional da FSS e às transformações do Serviço Social no contexto regional e estadual. No processo de contato com os documentos, especialmente atas, relatórios, correspondências e registros curriculares, foi possível identificar materiais dotados de valor secundário, cuja preservação permite compreender processos históricos mais amplos Segundo Bellotto (2004), os arquivos permanentes preservam documentos de valor secundário que, além de comprovarem direitos e atividades institucionais, constituem fontes para pesquisa histórica e para a produção do conhecimento sobre a sociedade.

Assim, o desenvolvimento prático das atividades arquivísticas, em articulação com o projeto de treinamento profissional no arquivo da FSS, proporcionou uma compreensão mais



aprofundada das tipologias documentais presente no acervo, tornando evidente que não se tratam de documentos isolados, mas que se relacionam, são documentos essencialmente orgânicos, uma vez que estão ligados às atividades administrativas e acadêmicas da faculdade e, ao mesmo tempo, contribuem para a compreensão histórica.

### **A Experiência no Centro de Documentação e Memória**

O Centro de Documentação e Memória (CDM), da *Universidade Federal de Juiz de Fora*, foi criado em 2024, com o propósito de preservar a história e a memória do Serviço Social. E constitui-se como um espaço de investigação e análise sobre o passado e o presente da profissão, suas transformações, disputas e as múltiplas narrativas que atravessam a construção da identidade do assistente social. É um espaço que se preocupa com a memória da Faculdade de Serviço Social, e com os caminhos futuros da formação e da atuação profissional do assistente social. E em um horizonte prospectivo, fartará pesquisadores e pesquisadoras que se dedicarem ao estudo das fontes do CDM.

O Centro de Documentação e Memória surgiu do resultado do trabalho coletivo de pesquisadoras da Faculdade de Serviço Social (FSS), vinculados ao Grupo de Pesquisa “Serviço Social Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, que se dedica ao estudo dos fundamentos do Serviço Social no Brasil, na América Latina e na Europa. A mobilização leva o nome das professoras: Alexandra Eiers; Ana Luiza Avelar Oliveira; Carina Berta Moljo; Claudia Monica dos Santos; Maria Lúcia Duriguetto. A iniciativa surgiu em 2022, durante os estudos do grupo houve a constatação da escassez de documentação referente ao período histórico. As preocupações referentes à história e memória do curso de Serviço Social, bem como do recebimento de propostas de doação de arquivos pessoais por parte de professores e assistentes sociais aposentados incentivaram a construção de uma espaço de guarda e memória. Soma-se a essa preocupação a vontade de estudar e entender a luta as lutas sociais, em períodos de crise política, que foram marcadas pela presença dos assistentes sociais e que geraram diferentes impactos na formação acadêmica e profissional do Serviço Social.

Um espaço de guarda e de preservação documental é, também, um lugar de memória, assumindo uma responsabilidade social e política, por isso o CDM foi e vem se desenvolvendo como um lugar de intencionalidade. Isso reflete, a sua pretensão de ser acessível para todos e de ser reconhecido como um lugar de pesquisa. Que pretende estudar: Os processos históricos de

surgimento e desenvolvimento dos movimentos sociais, das lutas sociais e das disputas que marcam o Serviço Social, e o atravessamento da faculdade durante os anos ditatoriais brasileiros, dando devida ênfase aos processos de organização e mobilização popular. No entanto, é preciso destacar que é um espaço que se inicia em 2024 e tem sua manutenção sendo trabalhada, mas ainda não entrou em vigência, sendo um projeto inicial e em construção.

A experiência rotineira em arquivos provoca reflexões em torno dos conceitos de memória, história e verdade. Tais reflexões sobre os sentidos atribuídos aos arquivos acentuam-se em densidade ao estender a reflexão à algumas mudanças no campo historiográfico e institucional que impactam a prática no CDM. A atuação do historiador em espaços arquivísticos pode e deve ser aprofundada, especialmente no que se refere à gestão documental, à classificação, à avaliação e à descrição técnica dos acervos, condição necessária para evitar leituras distorcidas que desconsiderem a procedência e a lógica interna dos arquivos. Nessa perspectiva, cabe ao historiador exercer a crítica interna e externa dos documentos, interrogando suas condições de produção, suas intencionalidades e seus limites. E também, cabe atribuir os louros de ter o Arquivo Central, da Universidade Federal de Juiz de Fora, com arquivistas auxiliando as pretensões de um centro documental, como foi o trabalho feito por Andreia de Freitas Rodrigues.

O Centro de Documentação e Memória é marcado pela intencionalidade, não é um espaço passivo, é um espaço de produção do conhecimento e de insurgência de lutas sociais e compromisso político. Adota uma postura arquivística comprometida, rejeita a neutralidade e posiciona-se em defesa de uma memória sensível às ausências, às vozes silenciadas e às múltiplas camadas da experiência universitária. Junto a comunidade acadêmica busca assumir um papel dinâmico e propositivo, fortalece-se como espaço de mediação entre passado, presente e futuro, reafirmando o compromisso da universidade pública com a democratização do saber, a transformação social e a construção de um país mais justo e consciente de sua própria história.

A interdisciplinaridade entre História e Serviço Social representou um eixo central na construção do presente trabalho. A interação entre diferentes campos do conhecimento ampliou as possibilidades de leitura sobre a função das fontes e do acervo acessado, aprofundou a compreensão sobre o papel político e social dos arquivos. Enquanto os estudantes de História traziam contribuições voltadas à análise das narrativas e à organização arquivística, os de Serviço Social acrescentam perspectivas enraizadas nos movimentos sociais e na atuação profissional

voltada ao enfrentamento das desigualdades sociais. Essa convergência fortalece a proposta de futuro que pretende-se para o CDM, como um espaço de diálogo, capaz de articular saberes diversos e de se constituir como referência para a pesquisa crítica e para a ação transformadora.

### **O Arquivo e a História do Serviço Social**

A preservação documental constitui um importante instrumento para a construção da memória institucional e profissional. No campo do Serviço Social, os arquivos históricos permitem compreender não apenas a trajetória das instituições de ensino, mas também as transformações teóricas, metodológicas e políticas que marcaram a profissão ao longo do tempo. A documentação referente à Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora revela aspectos fundamentais da formação profissional em um período marcado por profundas mudanças econômicas, sociais e políticas na sociedade brasileira.

A constituição do Serviço Social no Brasil esteve diretamente relacionada ao processo de urbanização e industrialização intensificado a partir das primeiras décadas do século XX. Conforme discutem Iamamoto e Carvalho (2014), a profissão surge vinculada às necessidades de enfrentamento das expressões da questão social produzidas pelo desenvolvimento capitalista, assumindo inicialmente forte influência da Igreja Católica e das práticas assistenciais tradicionais.

A análise dos documentos institucionais da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora permite compreender as transformações ocorridas na formação profissional entre o currículo de 1958 e o currículo de 1974, após a incorporação à Universidade Federal de Juiz de Fora. Os documentos demonstram que a formação profissional acompanhou as mudanças históricas vivenciadas pela sociedade brasileira e pelo próprio Serviço Social.

O currículo de 1958 revela uma formação profundamente vinculada às origens conservadoras da profissão. A presença de disciplinas como Cultura Religiosa, Ética Geral, Higiene e Medicina Social, Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Organização Social da Comunidade demonstra a influência da Igreja Católica e das concepções tradicionais que orientavam a profissão naquele período. A vinculação da instituição ao Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado evidencia esse contexto histórico.

Os campos de estágio presentes na documentação também reforçam essa característica. Os estudantes desenvolviam atividades em instituições assistenciais, filantrópicas e confessionais,

demonstrando uma formação voltada para a intervenção direta sobre as expressões imediatas da questão social. Essa organização curricular encontrava-se articulada ao projeto profissional predominante naquele momento histórico. Em contrapartida, o currículo de 1974 apresenta mudanças significativas. A incorporação da Faculdade à Universidade Federal de Juiz de Fora possibilitou maior aproximação com a produção acadêmica e com as Ciências Humanas e Sociais. Disciplinas como Sociologia, Filosofia Social, Antropologia Cultural, Introdução à Economia, Política Social, História Econômica, Política e Social e Metodologia e Técnica de Pesquisa ampliaram a base teórica da formação profissional.

A ampliação desses conteúdos demonstra uma preocupação crescente com a compreensão crítica da realidade social. A presença da pesquisa e das ciências sociais no currículo evidencia um movimento de renovação da formação profissional, aproximando o Serviço Social dos debates acadêmicos que se fortaleceram no ambiente universitário brasileiro. Entretanto, tais transformações ocorreram durante a ditadura civil-militar instaurada em 1964. Conforme analisa Netto (2011), esse período foi marcado por um processo de modernização conservadora, caracterizado pela expansão das políticas sociais e do aparato estatal ao mesmo tempo em que eram restringidas as liberdades políticas e os movimentos sociais. Essas contradições repercutiram diretamente na profissão.

O crescimento das políticas públicas exigiu profissionais mais qualificados tecnicamente, favorecendo mudanças curriculares e ampliando os espaços de atuação dos assistentes sociais. Ao mesmo tempo, surgiram questionamentos em relação às bases conservadoras da profissão, impulsionando o chamado Movimento de Renovação do Serviço Social. A análise do currículo de 1974 permite identificar elementos associados a esse processo de renovação. A valorização da pesquisa, das Ciências Sociais e da análise da realidade brasileira demonstra uma tentativa de superar os limites da formação tradicional. Contudo, também permanecem elementos conservadores, como a manutenção dos métodos clássicos de Caso, Grupo e Comunidade e de conteúdos relacionados à formação religiosa.

Nesse sentido, o currículo de 1974 representa um momento de transição na história da profissão. Embora ainda não corresponda plenamente à Intenção de Ruptura, apresenta elementos que contribuíram para a construção de perspectivas críticas que se fortaleceriam nos anos seguintes. Conforme Netto (2011), a Intenção de Ruptura constituiu a vertente mais crítica

do Movimento de Renovação, buscando romper com os fundamentos conservadores do Serviço Social e aproximar a profissão de análises críticas da sociedade brasileira.

A comparação entre os currículos evidencia, portanto, não apenas mudanças institucionais decorrentes da incorporação à UFJF, mas também transformações relacionadas ao desenvolvimento histórico do Serviço Social brasileiro. Os documentos analisados demonstram como a formação profissional acompanhou as mudanças sociais, políticas e econômicas vivenciadas pelo país.

Conclui-se que a análise dos currículos da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora possibilita compreender não apenas as transformações ocorridas na formação profissional ao longo das décadas, mas também as profundas relações existentes entre a trajetória do Serviço Social e o processo histórico brasileiro. As mudanças identificadas entre os currículos de 1958 e 1974 evidenciam que a formação profissional não se desenvolve de forma isolada, mas acompanha as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais vivenciadas pela sociedade em cada período histórico. Entende-se que, a incorporação da Faculdade à Universidade Federal de Juiz de Fora, as alterações curriculares observadas e a ampliação da presença das Ciências Humanas e Sociais na formação expressam movimentos que dialogam diretamente com as mudanças ocorridas no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970. O contexto da ditadura civil-militar influenciou significativamente os rumos da profissão e contribuiu para o desenvolvimento do Movimento de Renovação do Serviço Social.

A relevância da preservação da documentação histórica da Faculdade de Serviço Social como patrimônio institucional, acadêmico e profissional. Os documentos preservados constituem fontes fundamentais para a produção do conhecimento, permitindo a realização de pesquisas capazes de reconstruir a trajetória da formação profissional, compreender os processos de renovação do Serviço Social e analisar suas relações com os diferentes contextos históricos brasileiros. A preservação desses acervos garante não apenas a manutenção da memória institucional, mas também a possibilidade de aprofundar estudos sobre a história da profissão e suas conexões com a história social, política e econômica do Brasil.

### **Repressão e resistência: tensões políticas no espaço universitário**

Em contextos políticos de crise, sobretudo após períodos de censura e privação de direitos como no período da Ditadura Militar, os arquivos se revelam instrumentos fundamentais para a garantia de acesso à informação. A análise do fundo arquivístico da Faculdade de Serviço Social revela tensões e intervenções políticas e a resistência à opressão imposta no espaço universitário. Levando em conta a relevância da universidade e de seus acervos setoriais para analisar o cenário de crise e opressão política vivenciado a partir de 1964, buscamos contextualizar historicamente a fundação e desenvolvimento da formação em Serviço Social na cidade a partir da seleção e análise de alguns documentos arquivísticos, e apresentar os projetos de gestão e difusão dos acervos da FSS desenvolvidos pela Faculdade de Serviço Social e pelo Arquivo Central da UFJF: o Centro de Memória e Documentação e o projeto piloto Guia de Fontes.

A fundação de cursos de Serviço Social no Brasil, a partir da década de 1930, se origina a partir de grupos religiosos da Igreja Católica, através de um movimento de reação católica a perda da influência no meio social, disseminando o pensamento social da Igreja e qualificando os religiosos das classes dominantes para as missões de apostolado social junto às classes operárias. Em Juiz de Fora, o cenário de fundação de faculdades se dá a partir de duas frentes religiosas: a Igreja Católica e a Igreja Metodista. A Faculdade de Serviço Social, fundada em 1958, é um dos cursos instituídos pelo grupo da Igreja Católica. O curso de Serviço Social é estabelecido pela “Sociedade Feminina de Instrução e Caridade”, entidade vinculada às “Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado”, que já havia fundado sete cursos de Serviço Social no país. Examinando parte do acervo, buscamos apresentar alguns documentos que demonstram a intervenção do regime militar na Faculdade de Serviço Social.

O golpe militar de 1964 teve a participação direta das tropas militares de Juiz de Fora, comandadas pelo general Olympio Mourão Filho para a deposição do presidente João Goulart no Rio de Janeiro. Com a instauração do golpe, em todo o país ocorreu o que os militares nomeavam de operação limpeza: prisões e demissões de opositores políticos. Em Juiz de Fora, foram detidas mais de 200 pessoas, dentre estudantes e sindicalistas. A partir das medidas de cassação de direitos estabelecidas pelo decreto do Ato Institucional número 1, em 9 de abril de 1964, a Reitoria da Universidade de Juiz de Fora recebeu ofícios solicitando afastamento de professores e a instauração de comissões de inquérito para apuração de atividades subversivas. Dentre estes

documentos, mencionamos o ofício n.35-E2, enviado pelo general Olympio Mourão Filho ao então reitor da UJF, Moacyr Borges de Mattos:

“Pelo presente ofício, delego a VExcia plenos poderes, de acôrdo com o Ato Institucional de 9 do corrente, para eliminar do seio das Escolas e Faculdades desta cidade, todos os elementos subversivos.” (Ofício 35, Processo 1226/64,22/04/1964).

Em 29 de abril de 1964, o reitor recebe um ofício indicando a necessidade de criação de uma comissão especial de inquérito em cada escola superior isolada para rigorosa apuração de elementos de atividade subversiva. Na Faculdade de Serviço Social, os indícios da repressão encontrados nos documentos se expressam principalmente através do dossiê *Inquérito instaurado para apuração da existência de atividades subversivas na Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora*, comissão criada após a ordem e delegação de poderes para instauração de comissão especial de Inquérito. O dossiê possui ofícios da Reitoria enviados à Diretoria da Faculdade de Serviço Social, o edital de instauração da Comissão de Inquérito em 12 de maio de 1964, e cópias de depoimentos prestados por estudantes interrogados pela comissão.

Nos depoimentos, os estudantes eram questionados a respeito de possíveis vínculos com movimentos de esquerda e estudantis, como a Ação Popular, a Aliança Operária Estudantil Camponesa e a Juventude Universitária Católica, e se sabiam do envolvimento de estudantes e professores com ações subversivas, principalmente relacionados ao Diretório Acadêmico (D.A). Além disso, foram interrogados sobre sua participação nos Congressos Estudantis e sobre o que era discutido nestes eventos, e sobre possível participação em lista de assinatura para concessão de título de cidadão honorário a Leonel Brizola, ex-governador do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul exilado pelo regime militar, e na distribuição de panfletos no comício de Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco deposto e preso pelo regime militar.

Outras fontes documentais que evidenciam a intervenção política na Faculdade de Serviço Social, ainda que de forma escassa, são os livros de correspondências. Nestes livros, foi possível localizar alguns ofícios orientando as ações da faculdade em relação a instauração de inquérito, e um ofício solicitando a divulgação de um discurso sobre infiltração comunista nos meios educacionais, embora a conferência não esteja anexada ao ofício. Dentre estes documentos, encontramos o *Ofício Circular 1148/64-R/1*, da Reitoria, com a transcrição de um telegrama do Ministro da Educação e Cultura a respeito dos inquéritos instaurados nas faculdades:



“A fim de que V. Exa. tome conhecimento, transcrevemos abaixo o telegrama do excelentíssimo senhor Ministro da Educação e Cultura: Comunico vossência que nos casos em que resultados inquiridos sejam inteiramente insuficientes então será aberto novo inquirito pela Comissão Geral de Investigações PT. Atenciosamente Flavio Suplicy Lacerda Min. Educação e Cultura.” (Of. N. 1148/64-R/1, 21 de junho de 1964).

Em relação aos movimentos de resistência estudantil e oposição ao regime, não encontramos documentos no acervo setorial da Faculdade, possivelmente pelo acervo ser em grande parte de documentos administrativos da Direção da Faculdade. Ao consultar o acervo do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora encontramos diversos documentos relacionados aos movimentos estudantis, principalmente relacionados ao Diretório Central dos Estudantes (DCE UFJF). Um destes panfletos era a *Carta Aberta à população de Juiz de Fora*, do ano de 1977, denunciando a perseguição e prisão de estudantes da cidade que participaram do III Encontro Nacional de Estudantes em Belo Horizonte, e reivindicando a liberdade destes estudantes, além da convocação uma Assembléia Geral de caráter permanente, na luta pela normalidade democrática.

No ano de 1966, o Diretório Central dos Estudantes organizou uma ocupação de estudantes em frente ao prédio da Reitoria da UFJF, em protesto contra a ditadura militar e a repressão sofrida por estudantes no episódio conhecido como Massacre da Praia Vermelha, em que houve uma dura repressão ao ato do Dia Nacional de Luta contra a Ditadura, convocado pela União Nacional dos Estudantes(UNE). Essa discussão está elaborada no vídeo *60 anos do golpe- 1964-2024*, do canal LaphArq(Laboratório de Pesquisa em História).

Em 1979, o DCE realizou uma encenação teatral de um julgamento do Golpe de 1964, fazendo críticas à ditadura e ao general Figueiredo, no dia 15 de março de 1979, conforme informação n.347/S-102-A4-CIE, documento do Centro de Informações do Exército(CIE) disponível no site do Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

A pesquisa arquivística evidencia a importância do trabalho de gestão e de preservação de acervos para a memória institucional, profissional e social do curso e da universidade, e os tensionamentos vividos frente ao autoritarismo e repressão durante o período do regime militar. A experiência em arquivos nos provoca a refletir sobre a memória, a história e as evocações de sentido sobre o tempo. No presente texto, busca-se refletir sobre os sentidos atribuídos ao

arquivo e seus acervo e a memória institucional da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

#### Referências bibliográficas:

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. “**Os centros de memória são instrumentos de ação**”. Cadernos SESC de Cidadania. Memórias, São Paulo, v. 10, n. 15, p. 30-33, jun. 2019.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- LAPHARQ. **60 anos do golpe: 1964-2024**. Juiz de Fora: Youtube, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qXKyIWZ4Lag&t=237s>.
- MOLJO, Carina Berta; CLOSS, T. T.; MACHADO, G. S. **O Serviço Social no contrapelo da história: movimento de reconceituação latino-americano, Serviço Social crítico e Serviço Social radical**. Revista Cátedra Paralela, UNR, Argentina, v. 20, p. 247-256, 2022.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Documentos históricos da Faculdade de Serviço Social: **currículos, relatórios e registros institucionais do acervo da Faculdade de Serviço Social**. Juiz de Fora: UFJF
- YAZBECK, Lola. **As origens da Universidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

# Entre o arquivo e a história: organização documental e construção da memória institucional no projeto Descentralizando o Acesso (Inhotim)

**Clara Duarte Lara**

Licenciada e Bacharelado em História em conclusão (UFMG);  
Mestre em Ciências Sociais da América Latina (Sorbonne Nouvelle)  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Université Sorbonne Nouvelle  
12duarte.clara@gmail.com

**Resumo:** A pesquisa parte da atuação no projeto Descentralizando o Acesso, uma das iniciativas mais antigas da Diretoria de Educação e Território do Instituto Inhotim, e da curiosidade em compreender sua constituição histórica. A ausência de um acervo documental organizado, no entanto, impôs um desafio inicial em que a organização dos documentos encontrados se tornou tão fundamental quanto a análise de seu conteúdo. Diante disso, dois objetivos foram definidos: compreender o funcionamento do projeto em seus anos iniciais e realizar uma organização preliminar do pequeno acervo localizado. A metodologia consistiu na localização de 215 mídias ópticas, contendo documentos produzidos entre 2008 e 2013, seguidas de numeração, controle em planilha e migração seletiva de documentos textuais para a rede institucional. A análise priorizou responder a perguntas norteadoras, sobre concepção, objetivos e estrutura metodológica, além de preservar o contexto dos documentos, respeitando sua materialidade e lógica orgânica. Com a organização do material, revelou-se que, no período estudado, o Descentralizando o Acesso constituiu-se como um programa de formação continuada para professores, estruturado em encontros presenciais, visitas escolares mediadas e acompanhamento de educadores, com o objetivo de articular o acervo do Inhotim ao currículo e à realidade escolar dos docentes. O tratamento das mídias ópticas também suscitou reflexões mais amplas sobre como a organização (ou sua ausência) incide sobre a interpretação do próprio conteúdo. Assim, o trabalho não pretende apresentar conclusões acabadas, mas contribuir com reflexões sobre as condições materiais que viabilizam a escrita da história e os desafios da construção da memória institucional em um setor educativo de museu. Espera-se, ademais, que o estudo funcione como um convite a futuras pesquisas, que encontrarão nesse acervo minimamente tratado fontes organizadas abertas a novas perguntas.

**Palavras-chave:** Organização documental; Memória institucional; Setor educativo; Mídias ópticas; Inhotim.

O Descentralizando o Acesso (DES) é um projeto da Diretoria de Educação e Território do Inhotim, criado em 2008, e um dos mais antigos e consolidados do instituto. Caracteriza-se como um programa de formação de professores de instituições públicas de Brumadinho e municípios vizinhos, oferecendo a esses docentes a oportunidade de levar seus alunos a uma visita mediada ao Inhotim. Como educadora do setor, ao ingressar na equipe responsável pelo DES daquele ano, em janeiro de 2026, busquei a memória do projeto para entender o que tinha sido feito antes e o que fez o DES se tornar esse projeto referência. Contudo, do período inicial do projeto restavam apenas algumas publicações oficiais, antigas e dispersas. No drive

institucional, a documentação começava somente em 2022, sem nenhuma referência às edições anteriores. Buscando mais a fundo, foi possível localizar, com um dos funcionários de longa data do setor educativo, duas pastas de CDs que cobriam o período de 2008 a 2013, sem nenhuma catalogação aparente. Diante disso, teve início um esforço de consulta e catalogação desses CDs, com o objetivo de responder a algumas perguntas sobre o projeto e de deixá-lo organizado para futuras consultas, seja da equipe de educação, seja de pesquisadores interessados.

Diante disso, a decisão metodológica foi tratar o estado em que esses CDs foram encontrados como parte da análise, ao lado do conteúdo que guardavam. Como observa Le Goff, o que sobrevive do passado não é o conjunto do que existiu, mas uma escolha, operada tanto pelas forças do tempo quanto pelo próprio historiador (LE GOFF, 2012, p. 525). Nesse sentido, o vazio documental e a forma em que o acervo chegou não são ruídos a serem descartados, mas em si sintomáticos da instituição até aquele momento. Em um contexto de desorganização documental, no qual chegar até a informação pode ser complexo, entender o arquivo em um “campo expandido”<sup>6</sup> pode ser produtivo e acrescentar uma camada rica de análise à pesquisa histórica. Trata-se de formular perguntas não apenas sobre o conteúdo das fontes, mas também sobre como elas chegaram até ali, como estavam organizadas e onde estavam armazenadas. Portanto, dialogando com a proposta das pesquisadoras Arlene Xavier Santos Costa, Andreia de Freitas Rodrigues e Priscila de Oliveira Dias do Couto, que coordenaram o Simpósio Temático *Arquivos do fim: memória, crise e políticas de preservação na produção do conhecimento histórico*, este trabalho investigou a constituição e a organização de um acervo documental partindo do entendimento de que os arquivos não são instâncias neutras, mas espaços de seleção e silenciamento, atravessados por políticas de preservação e projetos de futuro. Para isso, este trabalho situa, em um primeiro momento, o Instituto Inhotim e o DES como objeto de pesquisa, discutindo as condições em que sua memória foi preservada. Em seguida, expõe os critérios e a metodologia adotados no tratamento do acervo. Por fim, apresenta o que as fontes revelaram sobre o projeto e as reflexões que a pesquisa suscitou, tendo tratado o arquivo tanto como fonte quanto como problema.

O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea e um jardim botânico de relevância internacional, localizado em Brumadinho, Minas Gerais. Instituição do terceiro setor, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), já teve um

---

<sup>6</sup>Conceito tomado de empréstimo à crítica de arte Rosalind Krauss, que o formula a respeito da escultura (KRAUSS, 2008). Aqui, transpõe-se a noção para pensar o arquivo definido não por si mesmo, mas pela rede de relações em que se inscreve.

proprietário individual, mas é hoje regida por um conselho. Aberto ao público em 2006, completa vinte anos em 2026 e mantém um setor educativo que existe desde antes de sua abertura, o que lhe confere um lastro na educação museal muitas vezes incomum em instituições do tipo. É dentro desse lastro que se localiza o DES, e o que se sabia até ali era que, desde 2022, o projeto funcionava da seguinte forma: abria-se uma convocatória para cem professores das escolas públicas de um território num raio de até cem quilômetros do Inhotim; os professores selecionados passavam por alguns dias de formação no instituto, percorrendo temáticas como pedagogias antirracistas, criação docente, pedagogias indígenas e os acervos do Inhotim; em seguida, tinham a oportunidade de trazer uma de suas turmas para uma visita mediada com a equipe de educação, com ônibus e lanche custeados; por fim, dez desses cem professores eram convidados a integrar a publicação da edição de que participaram. Como parte da equipe de referência do projeto, no entanto, algumas perguntas começaram a se repetir: o que havia sido feito até 2022? Como o projeto se constituía, e sua estrutura seria a mesma de hoje? Mais especificamente, existia o interesse em compreender como se dava a relação entre educador e professor na construção da pré-visita, etapa que a equipe buscava qualificar para 2026.

Através da ajuda fundamental de um funcionário antigo do setor, cheguei aos estojos de mídias ópticas que permitiriam responder a essas perguntas (Figura 1). O episódio deixou evidente como parte da memória do educativo estava centralizada nas mãos de um único funcionário, apenas porque ele teve o cuidado de guardar os documentos produzidos durante os primeiros anos do projeto, período em que atuou no setor. Quando se buscam registros de um período posterior, em que ele esteve afastado da instituição, não há o que localizar: desse intervalo, não se sabe sequer se os materiais foram organizados de alguma forma. A questão, contudo, não é individual. O problema não foi a falta de alguém que herdasse a guarda, é até possível que o funcionário seguinte também tenha acumulado documentos. Mas, sem critérios partilhados e registrados, a lógica de cada guardião se perde com sua saída, e com ela perde-se tanto a localização dos materiais quanto a possibilidade de reconstruir como, ou se, foram organizados. No caso do Inhotim, essa dependência da guarda pessoal não encontrava o amparo de nenhuma estrutura institucional: até o momento da pesquisa, a instituição não dispunha de uma política de gestão documental unificada. Vale registrar que o instituto chegou a contar com o CIMP, Centro de Memória e Patrimônio Histórico-cultural do Inhotim, encerrado em 2011, que liderava a criação e a gestão de um arquivo institucional.

Figura 1 - Estojos de CDs do projeto Descentralizando o Acesso, com leitor óptico externo.



Fonte: fotografia da autora, 2026.

Foi também em resposta a essa fragilidade que busquei, ao catalogar e manusear os CDs, registrar de modo explícito em documentos institucionais os critérios e a metodologia adotados, de forma que a lógica deste trabalho não dependesse, ela também, da minha permanência no setor. A isso somaram-se dois fatores que reforçaram a importância de esclarecer a metodologia. O primeiro é a natureza dos meus conhecimentos arquivísticos, até o momento restritos às experiências prévias com fontes na condição de historiadora. O segundo é a falta de tempo para dedicar ao tratamento dos CDs, diante das demais demandas como educadora, o que impediu uma leitura exaustiva das fontes. Diante disso, definiu-se uma pergunta norteadora, “como funcionava o DES em seus anos iniciais?”, que, por sua vez, passou a orientar a própria seleção dos documentos, priorizando-se aqueles que pudessem respondê-la. Ademais, preservou-se a organização e a ordenação originais em que os documentos foram encontrados, levando em



conta, como afirma Furet, que o documento não existe isoladamente, mas em relação à série que o precede e o segue (FURET, 1974 apud LE GOFF, 2012, p. 531).

Ao iniciar o tratamento, o primeiro obstáculo foi de ordem material: a barreira de ler mídias ópticas (que podem ser classificadas como CDs, DVDs e Blu-ray, mas aqui simplificadas apenas como CDs). Esse suporte, já praticamente obsoleto atualmente, não podia ser lido no notebook em que eu trabalhava, sendo necessário recorrer a um leitor emprestado de outro setor do instituto. Por conseguinte, com o objetivo de fazer uma catalogação primária, controlar o conteúdo tratado e facilitar o acesso às informações disponibilizadas naqueles CDs, foi constituída uma tabela em formato xlsx. Dessa maneira, o tratamento dos CDs seguiu a ordem física do estojo e foi realizado a partir do seguinte fluxo: cada CD era examinado individualmente; primeiro transcrevia-se, na primeira coluna da tabela, o que estava escrito na mídia; em seguida, atribuíam-se uma nova numeração, sequencial de CD001 a CD215, registrada na segunda coluna; as três colunas seguintes recebiam os nomes, formatos e datas de criação exatos dos arquivos de entrada de cada CD, isto é, aqueles que apareciam ao abrir a mídia no computador; a última coluna ficava reservada a observações. De maneira adicional, os arquivos de entrada recebiam ainda uma de três cores, indicando seu status de migração para o drive institucional: branco, não transferido; verde, transferido integralmente; azul, transferido parcialmente. Essa marcação por cor evitava descrever o caminho completo de cada arquivo, preservando ao mesmo tempo a liberdade de selecionar o que migrar.

No que diz respeito à pergunta norteadora e às demais questões feitas às fontes, as seguintes informações foram encontradas. O projeto Descentralizando o Acesso foi aprovado pelo Fundo Estadual de Cultura em 2007, com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural de estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de Brumadinho e municípios vizinhos. A partir de um levantamento feito pela equipe de educadores, em fevereiro de 2008, junto às secretarias municipais, foram mapeados 13 municípios, 77 escolas, cerca de 1.448 professores e quase 30 mil alunos potenciais. A estratégia central era combinar visitas mediadas dos alunos com um programa de formação dos professores, entendendo o educador como mediador essencial da experiência museal. Sua estrutura, à época, era diferente da atual: eram realizados dois encontros de formação com os docentes participantes (um no Inhotim, outro na cidade do professor); em um segundo momento, as trocas e reflexões construídas na formação se desdobravam em três etapas: pré-visita (preparação em sala), visita mediada (roteiro



personalizado, professor como co-propositor) e pós-visita (desdobramento, exposições, produções).

Diante do exposto, fica evidente como esta investigação, que começou com perguntas objetivas e factuais sobre a consolidação de um projeto no setor de educação do Instituto Inhotim, acabou por ganhar novas camadas, voltadas à constituição documental daquele acervo. Trabalhamos, aqui, do arquivo como fonte ao arquivo como problema. Como fonte, o arquivo permitiu uma reconstituição suficiente do DES, com a identificação de elementos-chave de seus objetivos iniciais e de sua estrutura. Como problema, o arquivo virou ele mesmo o objeto de análise, abrindo uma série de novos questionamentos: o que a condição material e organizacional deste acervo revela sobre como a memória é (ou não é) preservada na instituição? Por que um projeto tão relevante e duradouro para o setor teve sua memória reduzida a tamanha desorganização?

Como todo esforço documental, esta pesquisa é incompleta e provisória, não por falha metodológica, mas porque tais esforços são produtos de seu tempo e de recortes específicos. A partir das lacunas da pesquisa realizada, abrem-se ao menos três novas chaves de análise a serem levadas adiante. A primeira: para além dos dois estojos que totalizaram 215 CDs, foi localizado um HD com documentos de 2014 e 2015 cujo tratamento não foi possível realizar. Por se tratar de outra materialidade digital, essa fonte carrega desafios e potencialidades próprios, que merecem análise aprofundada. A segunda diz respeito ao vão documental entre esse HD e o drive institucional de 2022. O estudo de Ana Luisa Pires elucida alguns pontos do período, ao registrar, por exemplo, que o projeto não se realizou em 2018 por falta de patrocinadores (PIRES, 2020). Já o marco de 2022 coincide com uma mudança institucional relevante, que foi a transformação do setor educativo em Diretoria de Educação, sob a direção de Gleyce Kelly Heitor. É possível que o início da documentação organizada nesse ano esteja associado a essa reestruturação, embora as informações disponíveis ainda sejam esparsas e não esclareçam por completo a lacuna.

A terceira e última chave extrapola o caso do Inhotim. Embora as condições institucionais da gestão documental aqui analisadas sejam específicas, permanece a pergunta sobre em que medida a dificuldade de preservar a memória organizada seria um traço mais amplo dos setores educativos de museus. Pesquisas recentes sobre o campo, como a Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil), apontam para uma área historicamente precarizada e desvalorizada: a função de educador museal sequer integra o Cadastro Brasileiro de

Ocupações, e a elevada escolarização dos profissionais não se reflete em sua remuneração (MARTINS; NASCIMENTO, 2024). Soma-se a isso o fato de que o registro e a sistematização das próprias atividades são atribuições esperadas de um setor que, ao mesmo tempo, ocupa um lugar institucionalmente contestado. Não se trata de afirmar uma regra geral, mas de formular uma hipótese a ser investigada: a de que a fragilidade da memória documental possa estar associada às condições estruturais de trabalho e reconhecimento desses setores.

Por fim, destaca-se que uma das partes mais significativas do processo foi reencontrar as estruturas de pré-visita, visita mediada e pós-visita. Não é possível identificar com precisão onde elas se perderam, embora o estudo de Ana Luisa Pires, de 2018, já registrasse uma formação sem essas etapas, o que situa o desaparecimento em algum momento anterior. Ainda assim, foi possível tomar a experiência passada como inspiração e modelo para construir novos processos na edição de 2026. Tal retomada mostra como a pesquisa histórica em um acervo pode reverberar diretamente na prática presente de um setor educativo.

### Referências

- KRAUSS, Rosalind. A escultura no campo ampliado. *Arte & Ensaios*, v. 17, n. 17, p. 128-137, 2008.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p.525-539.
- MARTINS, Luciana Conrado; NASCIMENTO, Mona. A questão da profissionalização da educação museal no Brasil. In: CANEDO, Daniele Pereira; NASCIMENTO, Mona; SEVERINO, José Roberto (Orgs.). *Educação museal no Brasil: reflexões a partir dos resultados da Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil)*. Salvador: Edufba, 2024. p. 115-134.
- PIRES, Ana Luisa de Oliveira. Formação com professores no Inhotim: espaços de encontro e de entrelaçamento entre a escola e o museu. In: MONTECHIARE, Renata; HEITOR, Gleyce Kelly (Orgs.). *Museus e Educação. Cadernos FLACSO*. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2020. p. 51-60.

## Literatura como arquivo: quando vozes esquecidas irrompem do texto literário para a história

**Camila Lobato Rajão**

Doutoranda em Estudos de Linguagens  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG)  
camilarajao@gmail.com

**Resumo:** A partir das considerações de Jacques Derrida (2001) sobre o que ele denomina “mal de arquivo” podemos refletir sobre as possibilidades de alargamento dos conceitos tradicionais de arquivo e contemplar outras formas arquivísticas como a literatura. Esse movimento introduz novas vozes nas lacunas deixadas pelo arquivo tradicional. Entendemos a literatura neste trabalho como uma prática política, Jacques Rancière (2017), quando realiza outra configuração do mundo social, modifica os sentidos do dizível e do visível e propõe novas circulações dos sentidos e corpos na sociedade.

Dessa forma, os corpos não vistos e as vozes não enunciadas nos arquivos oficiais muitas vezes encontram espaço e ganham materialidade de letra dita, escrita e visível no texto literário. E, neste momento, a literatura se configura como uma importante fonte para a elaboração da memória de uma comunidade e da escrita da história que se pretende mais democrática e inclusiva. Esse movimento também acontece dentro de um campo de forças, o campo literário, que tem hierarquias, distribuição de poderes e interesses específicos. Interesses esses que nem sempre estão em consonância com as vozes silenciadas pelos arquivos tradicionais, pois a literatura canônica, na maioria das vezes, está configurada dentro dos espaços desses arquivos e reforça o processo de exclusão dos corpos que estão ausentes do acervo conservador.

A literatura que se estabelece como arquivo da lembrança e do esquecimento, do processo de silenciamento de indivíduos, corpos, povos e ideias, é, portanto, a literatura essencialmente política à qual nos referimos acima. É a mesma literatura que também disputa seu lugar e sua possibilidade de enunciação, edição e circulação dentro do próprio campo literário.

É nesse sentido que procuraremos entender a literatura enquanto arquivo para analisar aspectos da obra *Ventos do Apocalipse*, de Paulina Chiziane, no contexto da Guerra Civil Moçambicana (1976-1992) e da escrita da história oficial desse país. Considerando, principalmente, as lacunas e vozes silenciadas nas fontes historiográficas oficiais, como as memórias femininas da guerra.

**Palavras-chave:** Literatura moçambicana; história de Moçambique; Paulina Chiziane; arquivo.

### Introdução

Em contextos autoritários, a escrita da história, em sua versão hegemônica, privilegia certos grupos e vozes que estão em consenso com o poder. Os arquivos mobilizados para a construção da memória, nesses casos, irão selecionar, ordenar e atribuir sentido às memórias desses grupos privilegiados. Esses arquivos farão a divisão entre o que e quem será lembrado e ficará visível e o que e quem serão esquecidos.

Nesses contextos, a literatura surge como uma potência e uma possibilidade de trazer as vozes silenciadas pelos discursos da historiografia hegemônica, revelando corpos apagados,

sistemas de cosmo-percepção desprivilegiados e reivindicando a existência daqueles que foram esquecidos pela memória oficial. A literatura também é uma forma de arquivo que pode e deve ser consultada para a construção de uma história verdadeiramente democrática.

A partir desses apontamentos teóricos, iremos analisar neste artigo a obra *Ventos do Apocalipse*, publicada em 1999, pela autora moçambicana Paulina Chiziane. A obra dialoga com o processo da Guerra Civil Moçambicana (1976-1992) e traz para o texto literário as perspectivas pouco privilegiadas das memórias das mulheres sobre a guerra e a vida.

O romance *Ventos do Apocalipse* narra a trajetória da comunidade de Mananga que após enfrentar a seca e a fome foge da invasão da vila em meio aos horrores da Guerra Civil Moçambicana. Toda a história e a viagem dos sobreviventes até o povoado do Monte são narradas principalmente a partir da personagem feminina Minosse. Minosse faz uma travessia física e geográfica ao longo da narrativa ao mesmo tempo em que opera uma transformação interna por meio da ressignificação de suas feridas e memórias traumáticas e do seu papel enquanto mulher na sociedade. Em *Ventos do Apocalipse* encontramos diversas vozes femininas que narram acontecimentos que não estão em posição de destaque na história oficial moçambicana.

### **A literatura é também um arquivo**

O arquivo é peça fundamental para o processo de institucionalização da memória e da escrita da história de um povo ou de uma nação. Uma questão que se coloca neste artigo é ponderar quais são as implicações da adoção de determinados formatos de arquivos para a constituição dessas narrativas memorial e histórica e o que elas informam sobre as sociedades que as produzem. Mais especificamente, pensar a importância e a potência trazida na utilização de novas formas arquivísticas, para além dos arquivos institucionais tradicionais, para a composição das narrativas históricas e memoriais de uma comunidade.

A origem da palavra arquivo retoma o vocábulo grego *arkhê* e tem inscrito em si dois sentidos orientadores, como aponta Jacques Derrida (2001, p. 11): o sentido ontológico – do começo, do histórico – e o sentido nomológico: princípio da lei, do comando e da ordem. Dessa forma, a palavra arquivo nasce como uma instância que procura guardar em si registros que tentam compor o sentido de uma origem e da transformação das coisas. Entretanto, o termo

também conota o poder de ordenamento do mundo, dos sentidos e das coisas que o arquivo tenta trazer para si.

Para entender como se constitui as duas facetas do arquivo, ontológica e nomológica, Jacques Derrida retoma a descrição da função arcôntica detida por alguns cidadãos da sociedade grega antiga escolhidos para guardarem e registrarem esses documentos que convocam à lei, que terão força de lei, por seu próprio princípio nomológico. O arconte e sua residência serão, portanto, os primeiros suportes e residência dos arquivos. Há uma transição entre o privado, do espaço da casa dos arcontes para o público, na medida em que esses documentos funcionam como normativas e princípios organizacionais da vida social. É importante lembrar, ainda, o caráter de privilégio de acesso aos arquivos dos arcontes e mais, o privilégio de escolha daquilo que será arquivado, detido apenas por pessoas autorizadas, os arcontes. O princípio do poder arcôntico determina ademais que o arquivo tem o poder de consignação, descrito pelo autor como um poder de reunião: “A consignação tende a coordenar um único *corpus* em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade de uma configuração ideal” (DERRIDA, 2001, p. 14).

O arquivo, nessa perspectiva, é uma forma de registro que procura ordenar o mundo, instituindo regras de comportamento pelo exemplo daquilo que é escolhido para ser lembrado, daquilo que se estabelece como visível e, portanto, como o que poderá ser recordado, contado e rememorado. Derrida considera que o arquivo é, ao mesmo tempo, “instituidor e conservador”, “revolucionário e tradicional”. Ele busca reunir sob o poder de consignação, um único sistema que funciona como uma unidade, por meio de um movimento que cria uma narrativa para a comunidade sobre a qual se relaciona o arquivo. Essa narrativa se apresenta como uma narrativa estável, pois se busca “a unidade de uma configuração ideal”.

É neste ponto que temos um dos aspectos daquilo que o autor denomina como o “mal de arquivo”, uma contradição interna ao funcionamento dele. Todo arquivo funciona a partir do desejo de consignação e conservação, o desejo de reunir, atribuir sentido e manter. Porém, o arquivo está também sujeito ao esquecimento, pois é construído pela seleção do que será arquivado, portanto também pela exclusão daquilo que não será. É essa a aporia do “mal de arquivo”, conservar é também destruir. A pulsão de conservação atua ao lado da pulsão de morte. Essa última condição não se apresenta de forma clara à sociedade que normalmente enxerga o arquivo como uma pequena coleção mimetizada que representa a própria sociedade, ou aquilo que ela deveria ser. Perdem-se os elementos ocultos, aqueles que não aparecem nos acervos, as

vozes que são silenciadas nos documentos que compõem o inventário, os corpos que não despertaram o interesse de serem arquivados por aqueles que detém o poder arcôntico.

E é aqui o ponto onde evidenciar a ação da pulsão de morte, que impele o arquivo à destruição, pode ser um ato transformador, na medida em que revelar o esquecimento, propor novas inclusões e revisões irá modificar profundamente o princípio de unidade, criando cisões inconciliáveis, e rasurando o próprio sentido daquela reunião de documentos. A pulsão de morte, enquanto agressão e destruição, funciona como o motor que impele à transformação do arquivo, deslocado do sentido linear da pulsão de conservação, pela introdução do contraditório e do esquecimento.

O conceito de arquivo pode ainda ser interpretado de acordo com a conceituação de Michel Foucault em que o arquivo aparece como a lei, como aquilo que cria a possibilidade de enunciação dos enunciados antes mesmo de seu acontecimento no tempo presente do ato de linguagem. O arquivo é o sistema que permite a formação e a transformação dos enunciados. Faz parte do arquivo, o a priori histórico “conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva. Essas regras estão inseridas no que ligam” (FOUCAULT, 2009, p. 145). Dessa maneira, o princípio nomológico também aparece na conceituação de Foucault, embora aqui tenha maior ênfase na questão da enunciação, o arquivo é todo o conjunto sistemático que possibilita dizer algo sobre alguma coisa.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimento singulares. Mas o arquivo é também o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas. (FOUCAULT, 2009, p. 147)

O arquivo é o que está posto antes da enunciação e permite que ela aconteça, mas é também aquilo que será por ela transformada, ele está em constante mudança e ruptura. A sua apresentação, muitas vezes, se dá por fragmentos, pois ele não pode ser descrito em sua totalidade. Nesse ponto, é possível notar uma diferença considerável em relação ao conceito tradicional de arquivo que visava o poder de consignação, com o objetivo de alcançar a totalidade, a unidade estável e ideal. Há uma descoincidência entre o arquivo institucional tradicional que seleciona os documentos que serão arquivados para a constituição de uma unidade ideal e o

arquivo foucaultiano que representa aquilo que possibilita a enunciação e é transformado por ela, portanto, algo móvel e fragmentado.

É possível entender, então, que o conceito de arquivo foucaultiano possibilita o questionamento do princípio nomológico, na medida em que aponta para o caráter fragmentado e lacunar da constituição do arquivo. Se o arquivo é aquilo que permite dizer, mas é também aquilo que se altera no momento da enunciação, e não se constitui como uma unidade totalitária, a introdução de elementos esquecidos e ocultados na enunciação, mas que estão presentes no conjunto sobre o qual o arquivo se constitui, lança possibilidades de rasura do próprio arquivo. E enquanto o arquivo é transformado, novas enunciações se tornam viáveis.

Ainda no mesmo escopo, Jacques Derrida pondera que a democratização efetiva somente acontece mediante a participação e o acesso ao arquivo, à sua constituição e à sua interpretação (DERRIDA, 2001, p. 16). Ao considerar essas ponderações, uma pergunta que se coloca é como operar em contextos autoritários e não democráticos para a transformação dos arquivos e em sentido alargado, para a alteração do registro da memória e da escrita da história pautados nos arquivos tradicionais que visam a unidade estável.

A viabilidade dessa transformação está inscrita, como nos apontou Derrida e Foucault, no próprio arquivo tradicional que carrega a possibilidade de dizer aquilo que não está dito, aquilo que se apaga pela pulsão de morte, o que é esquecido durante a seleção do que será guardado, arquivado. O não-dito, os silêncios do arquivo, funcionam como uma presença fantasmática, é ausência de corpo, de materialidade, mas presença em espírito, presença do que paira invisível, mas continua existente para outros sentidos. São os ecos abafados das vozes que se encontram às margens da enunciação. São os restos e as lacunas descobertos ao examinar a história e o arquivo da forma que Walter Benjamin, no texto “Teses sobre o conceito de história” (1985), aconselhou, a contrapelo.

Para se investigar essas lacunas e buscar as vozes e os enunciados que estão ausentes nos arquivos tradicionais, uma das possibilidades que se coloca é o trabalho a partir de novos arquivos. Outros conjuntos de memórias reunidas em locais não tradicionais por meio da seleção de outros atores sociais, não apenas das versões modernas dos arcontes gregos ou dos burocratas e acadêmicos do Estado e do capital. A literatura aparece neste instante como potência para a exploração desses outros acervos.



A literatura, na sua vertente política, pode ser um arquivo. E aqui entendemos, na esteira teórica deixada por Jacques Rancière (2017), que a literatura é política quando opera uma nova configuração do mundo social, alterando os sentidos do dizível e do visível também propondo outra circulação dos sentidos e nova distribuição dos corpos numa sociedade.

Dessa forma, os corpos não vistos e as vozes não enunciadas nos arquivos tradicionais, muitas vezes encontram espaço e ganham materialidade de letra dita, escrita e visível no texto literário. E, neste momento, a literatura se configura como uma importante fonte para a elaboração da memória de uma comunidade e da escrita da história que se pretende mais democrática e inclusiva. Esse movimento também acontece dentro de um campo de forças, o campo literário, que tem hierarquias, distribuição de poderes e interesses específicos. Interesses esses que nem sempre estão em consonância com as vozes silenciadas pelos arquivos tradicionais, pois a literatura canônica, na maioria das vezes, está configurada dentro dos espaços desses arquivos e reforça o processo de exclusão dos corpos que estão ausentes do acervo conservador.

A literatura que se estabelece como arquivo da lembrança e do esquecimento, do processo de silenciamento de indivíduos, corpos, povos e ideias, é, portanto, a literatura essencialmente política à qual nos referimos acima. É a mesma literatura que também disputa seu lugar e sua possibilidade de enunciação, edição e circulação dentro do próprio campo literário.

É nesse sentido que procuraremos entender a literatura enquanto arquivo para analisar a obra literária que constitui o corpus deste artigo. Ao considerar que o quadro político moçambicano durante a Guerra Civil e em anos posteriores traz limitações para o trabalho com a memória e a história para além das versões oficiais autorizadas pelo poder. A literatura pode ser utilizada para a investigação de temas, muitas vezes ausentes da historiografia tradicional, como as narrativas femininas sobre a guerra e sobre a violência.

Além de novas temáticas, vozes silenciadas e da presença de outros corpos na constituição da memória de um povo pela literatura, o texto literário também possibilita a adoção de outros sistemas de cosmo-percepção. Sistema esse que ilumina estruturas constituintes, porém muitas vezes não valorizadas, de determinadas sociedades como a temporalidade espiralar e a ancestralidade nas sociedades moçambicanas em contraposição ao tempo linear do colonialismo e da narrativa teleológica da Frelimo.

## O tempo espiralar: outras possibilidades da experiência e da memória

A multiplicidade de sociedades e culturas diferentes também produziu diversos formatos de concepção do tempo que possuem pressupostos distintos e estruturam cosmovisões variadas. Nas sociedades ocidentais, o tempo é percebido a partir da sucessão de eventos, organizados linearmente. Cada novo evento substitui o anterior em uma cadeia orientada para o futuro. As noções de progresso e racionalidade da modernidade ocidental estão marcadas por essa temporalidade.

No caso da maioria das sociedades do continente africano, a temporalidade predominante se apresenta por meio do tempo espiralar. Utilizamos aqui o conceito de Leda Maria Martins em que o tempo espiralar é marcado por

movimentos de reversibilidade, dilatação e contenção, não linearidade, descontinuidade, contração e descontração, simultaneidade das instâncias presente, passado e futuro, como experiência ontológica e cosmológica que têm como princípio básico do corpo o não repouso, como em Aristóteles, mas, sim, o movimento (MARTINS, 2021 p. 23).

Nessas sociedades, a temporalidade espiralar opera por meio da Força Vital em movimento de vai e vem, recuo e avanço sobre o tempo vivido (*Sasa*) dentro da totalidade em fluxo do tempo sagrado (*Zamani*). Segundo John Mibit, *Sasa* pode ser considerado como Micro Tempo que possui futuro curto, presente dinâmico e passado experimentado. *Sasa* é a dimensão temporal do agora, quando e onde as pessoas existem e têm consciência de sua existência. A partir dessa consciência, as pessoas podem se projetar para o futuro ou para o tempo sagrado. *Zamani* pode ser denominado como Macro Tempo, possui também três dimensões temporais como presente, passado e futuro. Os eventos vividos acontecem em *Sasa* e são posteriormente incorporados em *Zamani* no momento quando ocorre a justaposição dessas duas esferas temporais. *Zamani* é

o celeiro definitivo para todos os fenômenos e eventos, o oceano do tempo no qual tudo se torna absorvido em uma realidade que não é nem antes nem depois. *Sasa* em geral une os indivíduos ao seu imediato ambiente. É o período da consciência vivente. Por outro lado, *Zamani* é o período do mito, provendo ao período *Sasa* um senso de fundação e de segurança; e unindo todas as criaturas, de modo que tudo seja abraçado dentro do Macro Tempo (MIBIT, 1999, p. 21/22, apud MARTINS, 2021, p. 64).

Dentro dessa ontologia, as divindades, o sagrado, a natureza, os animais, vegetais, minerais e os seres humanos vivos, mortos e ainda por nascer estão imbricados de forma

complementar no processo do devir do tempo espiralar. Esse é o tempo do movimento contínuo que transforma não apenas o presente e o por vir, mas também incide sobre o passado (*Zamani*). Segundo Oliveira, este é um recorte temporal privilegiado na medida em que é o tempo dos antepassados.

O tempo africano é impregnado de Força Vital. É um tempo sagrado (*zamani*) que envolve o tempo vivido (*Sasa*). O passado é privilegiado, pois esse é o tempo dos antepassados. O passado, no entanto, não é fossilizado. Ele é potencialmente transformador, tal como a tradição-acúmulo de tempo transcorrido. O tempo africano, tal como o universo africano, está prenhe de ancestralidade. Assim como o visível não se separa do invisível [...] assim também o tempo dos mortos não se encontra separado do tempo dos vivos. [...] Esse universo e esse tempo não são vazios. Além de habitados pela Força Vital (atributo do sagrado) e pela harmonizadora presença dos antepassados (que vivem numa dimensão transcendente), o universo e o tempo acolhem em suas entranhas a pessoa (OLIVEIRA, p. 52, apud MARTINS, 2021, p. 63).

A ancestralidade se apresenta aqui como elemento fundamental dentro da concepção do tempo. Os rituais e cerimônias fúnebres funcionam como operadores de transferência da energia vital de quem morre para sua comunidade e garantem a permanência daqueles que morrem, os ancestrais, nas espirais do tempo que ligam o tempo *Sasa* ao tempo *Zamani*.

As considerações anteriores sobre diferentes formas de temporalidades existentes e a apresentação do conceito de tempo espiralar são importantes porque a partir desses referenciais iremos analisar a seguir como se apresenta o elemento tempo na obra selecionada de Paulina Chiziane e quais são as significações dessa escolha para a narrativa.

Em *Ventos do Apocalipse*, o prólogo do romance é aberto por meio da recriação de um ambiente de contação de histórias. Quem convida os leitores para escutar o que será contado é a voz do Destino que pertence, na conceituação aqui utilizada, ao tempo *Zamani*. O Destino reivindica, portanto, o poder de narrar o passado e o futuro do Macro Tempo enquanto afirma que possui todas as idades já vividas e ainda do por vir. O tempo da narrativa se apresenta na simultaneidade do passado, presente e futuro de *Zamani* entrelaçado ao tempo *Sasa* de quem ouve/lê as histórias que serão contadas. Escutem/leiam, *Karingana wa karingana*<sup>7</sup>, ao redor da fogueira no meio da escuridão da noite, as crianças clamam por histórias de terror, da guerra e da fome. Aqui estamos, avô. Conte-nos bonitas histórias (CHIZIANE, 1999, p. 16).

---

<sup>7</sup> “*Karingana wa Karingana*” é uma fórmula da oralitura em língua ronga. É utilizada no início da contação de uma história e corresponde de forma aproximada à fórmula ocidental “era uma vez”.

Em seguida são narrados três pequenos contos que retratam histórias moçambicanas do passado, anteriores ao momento histórico da colonização. Esses contos descrevem três situações que irão se repetir com os personagens da narrativa principal do romance, reforçando o caráter de movimento espiralar da temporalidade. Provocando avanços e retornos, pela reencenação de antigas performances que atualizam os eventos do passado no presente da narrativa.

A primeira história se inicia apresentando uma fase de abundância em Mananga, num momento em que os reis detinham poderes mágicos sobre a chuva e as pessoas conversavam com seus deuses. Por desrespeitos à tradição cometidos pelos mais novos, a população de Mananga teria sido castigada com a seca. Em meio a um cenário de desumanização das pessoas pela fome, é apresentada a história “O marido cruel” em que um homem, antes bonito e gentil, muda a sua forma de agir com a família durante o período de escassez de alimentos. Colocando a culpa dos infortúnios na esposa e em seus filhos, o homem comia sozinho o alimento que encontrava em suas buscas na mata e engordava enquanto toda a família definhava. Sua esposa descobre a traição e quando as chuvas retornam e o tempo da colheita chega, ela o abandona, levando embora todos os seus filhos.

O próximo conto aborda um ditado que segundo a narrativa pertence aos tempos da expansão do Império Nguni, durante o governo de Muzila. As guerras de conquista eram realizadas pelo temido exército que contava em seus quadros com soldados dos povos submetidos ao Império. Muitas mulheres eram sequestradas para serem entregues aos chefes nguni do exército como suas novas esposas. Para fugir dos ataques do exército nguni, o povo de Mananga procurou refúgio na mata, entretanto, o choro das crianças denunciava os locais de abrigo e todos foram encontrados e mortos. Por isso, foram criadas novas regras: a caminho do esconderijo, os maridos pediam às esposas que matassem as crianças pequenas com a promessa de fazerem outras no futuro.

Com gestos desesperados, a mulher puxava a ponta da capulana, sufocando a crença que se batia até à paragem respiratória. O menino morto era escondido na vegetação, não havia tempo para enterrar os mortos. Cuidado, mulher, é proibido chorar, mas também não vale a pena, a quem comovem as lágrimas no tempo de guerra?

O marido abraçava carinhosamente a mulher, sussurrando ao ouvido: coragem, mulher, tinha que ser assim. Este já morreu, amanhã faremos outro (CHIZIANE, 1999, p. 19).

O trecho chama a atenção pela oposição entre a suavidade e carinho da fala masculina ao justificar que no futuro outra criança poderá ser concebida e o desespero das mães ao cometerem o infanticídio, além da dor abafada após o ato. Podemos questionar até qual ponto o pedido para o assassinato das crianças é uma imposição masculina às mães que além de assentir ao que é solicitado devem, elas mesmas, se encarregar da tarefa.

O último conto do prólogo traz a história da Massupai, a mais bela mulher entre as *chope* e as *nguni*, que é tida como a culpada pela derrota do povo chope na guerra de conquista do Império Nguni sob a liderança de Muzila. Massupai, era uma mulher chope feita cativa pelos guerreiros *nguni*. Ela vende sua beleza ao mais poderoso de todos os generais do exército. Esse homem enlouquecido de amor pela beleza e sedução de Massupai a proclama rainha e a trata como a primeira das doze esposas que possuía. A ambição de Massupai cresceu sem limites e ela exigiu que Maxalela deixasse suas outras esposas. Em contrapartida, o general pede para que ela assassine os três filhos que teve com outro homem e o ajude a obter informações sobre as estratégias militares dos *chope*, pedidos que são atendidos. Depois faremos outros filhos que terão a sua beleza e a minha valentia (CHIZIANE, 1999, p. 21) argumenta o general. Entretanto, os planos de Massupai de se tornar verdadeiramente uma rainha, a mãe todas as mães, não encontram êxito. Muzila descobre sobre a conspiração de Maxelela e ordena o assassinato do general o que leva Massupai à loucura ao tentar cavar a cova de seus filhos em busca de ressuscitá-los, sem sucesso.

Nesse conto, o elemento decisivo para a vitória dos *nguni* contra o povo *chope* é a atuação de Massupai traíndo o seu povo pela utilização da sua inteligência, beleza e técnicas de sedução. Apesar disso, a ambição feminina pelo poder é vista como um ato inadmissível. Embora a atuação das mulheres em diversos conflitos seja importante e em alguns casos decisiva, não era reconhecida, cabendo aos homens receber as glórias da guerra. Em todas as guerras do mundo nunca houve arma mais fulminantes que a mulher, mas é aos homens que cabem as honras de guerra (CHIZIANE, 1999, p. 19).

A partir de três contos localizados temporalmente no passado de Mananga, o romance é aberto com três representações de situações vividas pelas mulheres, a primeira de abandono e culpabilização feminina por todos os males, a segunda da submissão da mulher ao homem mesmo no exercício de sua maternidade e a terceira da visão negativa do uso da inteligência e da sexualidade feminina para a obtenção do poder pelas mulheres.

No último parágrafo do prólogo, há a descrição do tempo circular da natureza, a repetição das estações do ano, o ciclo das águas que percorrem os rios até o oceano, evaporam-se e precipitam-se novamente enchendo os rios, a morte e o renascimento dos seres humanos, o giro da terra e a repetição da história. A terra gira, a vida é uma roda, circularidades que se desenrolam em longos espirais do tempo.

As folhas caem no Outono na ceifa do vento. As águas do rio desembocam no mar, voam para o céu e voltam, enchendo de novo os rios. As estações do ano andam à roda. Até nós, seres humanos, morremos para voltar a nascer. Somos a encarnação dos defuntos há muito sepultados, não somos? A terra gira e gira, a vida é uma roda, chegou a hora, a história repete-se, KARINGANA WA KARINGANA (CHIZIANE, 1999, p. 22).

*Karingana wa karingana* é a fórmula que encerra o prólogo e projeta o início de outra história que será também a mesma na lógica do tempo espiralar. Agora, essa história não está mais localizada no tempo histórico da invasão do Império Nguni, dentro do tempo *Zamani* dos ancestrais, mas no contexto da Guerra Civil Moçambicana, no tempo *Sasa* da narrativa e de quem lê. Processos separados por quase um século na contagem linear do tempo.

Em seguida, a primeira parte da narrativa principal do romance é aberta com o capítulo 1 que se inicia com o pesadelo de Sianga nas últimas horas antes do amanhecer. Sianga é um antigo régulo<sup>8</sup> que foi deposto pela Revolução Frelimista na independência de Moçambique quando perdeu o prestígio e o poder que a posição lhe conferia. Nos tempos de glória de sua vida, ele teve 9 esposas, entretanto todas o abandonaram, levando também os seus filhos. Minosse, a mais nova das mulheres, última a ser lobolada, foi a única esposa que permaneceu ao lado do antigo régulo. Minosse é apresentada como uma mulher que respeita as tradições e foi ensinada que no casamento deve ser subserviente ao marido, devendo-lhe respeito e obediência. O casal vive em Mananga um povoado que naquele momento sofria com a seca e a escassez de alimentos.

No final do primeiro capítulo, Sianga, em diálogo com Minosse, revela o seu pesadelo:

- Tenho viajado em florestas calcinadas, regadas de sangue e ossos humanos espalhados por todo o lado. Esta noite estava rodeado de espectros dançando à minha volta. Bebiam vinho tinto em taças feitas de crânios dos mortos passados

---

<sup>8</sup> Régulo é uma posição administrativa conferida a algumas chefias tradicionais que colaboravam com o governo colonial português em atividades de organização das populações colonizadas para o trabalho, recolhimento de impostos e outras atividades. Os régulos perderam as suas posições de poder com a Revolução Frelimista, sendo substituídos por outros quadros administrativos.

e recentes. E o vinho que bebiam era sangue puro, sangue inocente. Empurrei os espectros que fechavam o meu caminho e tentei fugir mas eram tantos os ossos dos mortos que não sobrava um espaço para meter o pé. Foi daí que, na tentativa de fuga, pisei um crânio e um osso fragmentado de um maxilar que me feriu a planta do pé. Senti dores e gritei. As dores despertaram-me e dei por mim gritando como um menino. Saltei da cama acariciando o pé e este doía-me na realidade. Quando já me convencia a mim mesmo de que não passava de um sonho mau, ouvi trovoadas distantes no ventre da madrugada.

- Trovoadas! – interrompe Minosse. – Deve ser chuva, awêêê!...

- Chuva não, mãe de Manuna; era fogo. Saí da palhota para escutar. O ribombar ouvia-se distante. Trepei o cume da figueira e vi. Os clarões eram enormes, acendiam e apagavam, fogo aceso calcinando a terra tal como vi nos sonhos. (CHIZIANE, 1999, p. 33)

Em seu pesadelo, Sianga vê uma terra devastada por morte e sofrimento de vidas inocentes causadas por espíritos que dançavam sobre as cenas macabras. Ao despertar, sentido as mesmas dores que sentiu no sonho, o antigo régulo ouve uma trovoadas, sai de casa e sobe em uma árvore para observar o horizonte, então, ele percebe que os clarões no céu não se tratavam da tão esperada chuva, mas eram o fogo da guerra que já atingia o povoado vizinho de Macuácua, como diziam os relatos que chegavam pelos parentes dos habitantes de Mananga.

Nesse trecho, é possível observar a imbricação entre o sobrenatural e a vida terrena dos personagens. O sonho premonitório, carregado de simbolismos pertence ao universo do sobrenatural, mas se estende ao mundo dos vivos, nas pequenas continuidades estabelecidas por Sianga, a dor no pé que permanece ao acordar e o fogo, a guerra que trará as mortes e o banho de sangue sonhados, que chega ao povoado vizinho. No universo cultural de muitas sociedades africanas não há divisão clara entre o sobrenatural e o mundo dos vivos, assim como a atuação dos antepassados permanece presente na vida de seus familiares que ainda não morreram.

Laura Padilha aborda a imbricação constituinte do natural e sobrenatural, do mundo dos vivos e dos mortos, presente na maioria das culturas africanas, a partir da força vital, elemento central para a configuração da visão negro-africana do mundo.

Tal força faz com que os vivos, os mortos, o natural e o sobrenatural, os elementos cósmicos e os sociais interajam, formando os elos de uma mesma e indissolúvel cadeia significativa [...]. Intermediando o vivo e o morto, bem como as forças naturais e as do sagrado, estão os ancestrais, ou seja, os antepassados. [...] Eles estão, assim, ao mesmo tempo próximos dos homens, dos deuses e do ser supremo, cujas linguagens dominam. [...] A ancestralidade é o princípio base e o fundamento maior que estrutura toda a circulação da energia vital (PADILHA, 1995, p. 10, apud MARTINS, 2021, p. 62).



Ao escutar sobre o sonho premonitório de Sianga, Minosse pergunta se eles teriam voltado para os tempos das guerras antigas com os *nguni*. Sianga responde: a história repete-se, minha mulher. E pela narrativa que escutei, os tempos dos *nguni* ainda foram melhores (CHIZIANE, 1999, p. 35). Novamente estamos diante do tempo espiralar da narrativa, com seus recuos e avanços sobre o tempo Sasa, a partir do que já integra o tempo *Zamani*. Já podemos prever parte dos acontecimentos que virão: a repetição das histórias de guerra, sofrimento e fome e das histórias dos pequenos contos presentes no prólogo.

Na última cena do primeiro capítulo, um soldado armado da RENAMO aborda Sianga e Minosse no celeiro deles e saúda o régulo, ele afirma trazer boas novas. A semente da guerra começa a germinar em Mananga.

O tempo espiralar será reafirmado em outros momentos da narrativa, em alguns casos através da descrição da natureza, como ao final do capítulo 2:

Os amantes trocam um olhar de silêncio, silêncio de amor. Entardece. Em silêncio toda a natureza luta pela sobrevivência. Os lagartos depositam o último ovo e morrem. As plantas protegem a última semente que germinará nas próximas chuvas e morrem. Os homens botam cada dia mais ovos nos ventres das mulheres, e elas já grávidas, suspiram: os outros já morreram. Talvez os deuses me protejam e dêem a vida a este que trago no ventre (Chiziane, 1999, p. 40)

A vida é oposta à morte, as sementes, os ovos e os fetos estão em oposição aos reprodutores vegetais e animais e as crianças humanas que morrem. No fim da tarde, a morte segue o seu ciclo na luta pela sobrevivência.

No capítulo 3, a noite em Mananga irá trazer a chegada dos cavaleiros do Apocalipse.

Tudo cai. O ciclo da desgraça evolui e está prestes a atingir a fase crucial: a colheita do diabo.

Há cavaleiros no céu. O som das trombetas escuta-se no ar. Na terra há saraivada e fogo e tudo se torna em “Absinto”. Quem tem olhos que veja, quem tem ouvidos que escute.

Os cavaleiros são dois, são três, são quatro. São os quatro cavaleiros do Apocalipse, maiwêê!, é tempo de cavarmos a nossas sepulturas, yô! Descem do céu do canto do pôr do Sol. São majestosos, fortes, brilhantes como o sol. São invisíveis como o vento e impiedosos como o fogo, yô!, quem tem olhos que os veja (CHIZIANE, 1999, p. 47)!

De forma metafórica, a aterrissagem dos cavaleiros é descrita no romance. O terceiro e o quarto agem em segredo, preparando caminho para o segundo e o primeiro que são cavaleiros

mais nobres e imponentes. Estes descem dos céus em meio a um bombardeio de mísseis que decepa a pata dianteira do primeiro cavaleiro, despertando a fúria e a sede por vingança. O pressentimento das tragédias trazidas pela guerra já está presente na população que acessa as memórias dos tempos das guerras antigas, as guerras de expansão do Império Nguni, como nomeadas no romance:

no povo reina o medo e a insegurança, o pior pode acontecer a qualquer momento, estão a caminho os quatro cavaleiros do Apocalipse, é tempo de cavarmos as nossas sepulturas, yô (CHIZIANE, 1999, p. 47)!

Ao longo do romance, é possível evidenciarmos a repetição de fórmulas da oralitura moçambicana que trazem para o texto a dinâmica da contação de histórias performada oralmente. No trecho acima, encontramos “é tempo de cavarmos as nossas sepulturas, yô” que é repetida algumas vezes ao longo do terceiro capítulo. A repetição das fórmula também traz elementos culturais que fazem parte do universo moçambicano, como a fórmula bíblica “quem tem olhos que o veja”.

A chegada dos quatro caveleiros do Apocalipse coincide na narrativa com a chegada dos soldados da RENAMO que antes escondidos nas matas próximas ao povoado, agora conspiram com o régulo Sianga pela tomada do poder em Mananga e a expulsão dos agentes do Estado Frelimista.

Na voz do narrador, são descritas motivações expressas no discurso da RENAMO para a efetivação da Guerra Civil, entretanto ele evidencia que apesar das dicotomias em relação ao tratamento das práticas religiosas tradicionais e à organização social a partir das etnias e dos clãs familiares, combatidas pela FRELIMO, haveria pouca alteração entre o que era defendido pelos lados opostos da disputa. Esse fato levanta o questionamento da necessidade real do conflito ou das causas primeiras, já que entre os dois grupos que disputam, há pontos importantes de convergência.

Na verdade, o discurso feito pelo rapaz não é muito diferente daquele que faz o secretário da aldeia. Existe diferença, mas pequena. Enquanto o secretário da aldeia fala dos opressores, este jovem chefe também fala de opressores. O primeiro fala de grupos obscurantistas que devem ser banidos, e este enaltece estas práticas e promete restaurá-las. Disse ainda mais: que os atuais secretários da aldeia são uns estrangeiros pois não pertencem à tribo nem ao clã. Disse que os régulos são os verdadeiros representantes, medianeiros entre os desejos do povo e os poderes dos espíritos. Falou ainda da liberdade, fraternidade, unidade,

e muitas coisas iguais àquelas que diz o secretário da aldeia. (CHIZIANE, 1999, p. 50).

A narrativa segue conduzida pelo tempo espiralar. A preparação do golpe arquitetado por Sianga e pelos combatentes da RENAMO traz o prenúncio do retorno aos tempos das temidas guerras do Império Nguni e ao sofrimento da seca e da fome. A morte se aproxima e com ela é enunciado novamente a fórmula, “é tempo de cavarmos as nossas sepulturas, yô”:

O ciclo da desgraça está quase consumado. O golpe final está planejado. A hora caminha no encontro do segundo cavaleiro. Vem das trevas do céu, caminha devagar bramindo tempestades. A sua marcha é ritmada, tem a música dos choros. Caminha às ondas porque navega nos rios do sangue que corre dos mártires. Atravessa o Cruzeiro do Sul e segue a direção norte. Está quase tudo preparado, a seca já abriu clareiras em todos os bosques para que o segundo cavaleiro faça uma aterragem triunfal na hora. Os homens trabalham de sol a sol no preparo da grande ceifa; faltam poucos instantes, é hora de cavarmos as nossas sepulturas, yô (CHIZIANE, 1999, p. 55)!

Em contraposição ao tempo espiralar do romance de Paulina Chiziane a narrativa historiográfica da FRELIMO escreve sobre a história e a nação de Moçambique a partir de uma temporalidade linear, orientada para o futuro por meio do processo revolucionário. Essa narrativa é teleológica e guarda em si mesmo a semente e o resultado da vitória. Dentro desse quadro, a Frente recupera o passado do Império Nguni, ressaltando o seu papel de resistência à colonização portuguesa para se colocar como herdeira do legado de resistência e poder para liderar o povo moçambicano após a independência e durante o processo de disputa pelo poder da Guerra Civil Moçambicana. Nesse discurso há o apagamento das contradições desses processos históricos e das vozes dissonantes.

### Considerações finais

A partir da reflexão proposta sobre a temporalidade da escrita da história adotada pelas fontes oficiais do governo moçambicano, aliada ao fato dos poucos espaços possíveis para a problematização dessa escrita ou reflexão crítica sobre ela, podemos entender o importante papel desempenhado pela literatura. A partir da leitura do romance, é possível nos perguntarmos, como seria a escrita da história moçambicana se ela pudesse também abarcar a adoção de outras temporalidades? Temporalidades essas ligadas aos espaços de oralitura constituintes dos diversos grupos étnicos que formam a sociedade moçambicana. E quais seriam as implicações da adoção desse outro modelo temporal na escrita da história para a configuração do projeto de sociedade

moçambicana que estava em curso, conduzido pela FRELIMO, durante a Guerra Civil Moçambicana.

Em *Ventos do Apocalipse*, Paulina Chiziane propõe esse deslocamento ao estruturar sua narrativa a partir do tempo espiralar, operando contra a lógica linear e teleológica da historiografia oficial frelimista. O romance convoca vozes femininas, memórias traumáticas e cosmo-percepções ancestrais que o arquivo institucional moçambicano sistematicamente silenciou. A personagem Minosse, as mulheres de Mananga e as histórias contadas em torno da fogueira revelam que o que a história oficial apaga não desaparece; permanece como presença fantasmática, eco abafado de vozes que ressurgem no texto literário. Nesse sentido, a literatura de Chiziane cumpre a função arquivística que este artigo procurou evidenciar: ela reúne o que foi excluído pelo poder arcôntico, rasura a unidade idealizada do arquivo oficial e devolve materialidade às vozes que o arquivo tentou apagar.

Dessa forma, é possível concluir que a literatura, quando exercida em sua dimensão política, como nos aponta Rancière, reconfigura o dizível e o visível, propondo uma nova distribuição dos corpos e das memórias que compõem a história de uma comunidade. O romance de Paulina Chiziane não apenas narra a Guerra Civil Moçambicana a partir das margens, mas também desafia o próprio regime de enunciação que determina quais versões da história merecem existir. Ao adotar o tempo espiralar como estrutura narrativa, a obra recusa a linearidade que fundamenta tanto a historiografia colonial quanto o projeto revolucionário da FRELIMO, apontando para uma escrita da história mais plural e verdadeiramente democrática.

### Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CHIZIANE, Paulina. *Ventos do Apocalipse*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo tela*. Rio de Janeiro, Cobogó, 2021.
- RANCIERE, Jaques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Editora 34, 2017.

## FECs: a construção documental do isolamento compulsório na Colônia Santa Isabel

**André Luiz de Jesus Bueno**

Mestre em Educação e Docência  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Resumo:** Inaugurada em 1931, a Colônia Santa Isabel, localizada no atual município de Betim/MG, foi criada para o isolamento compulsório de pessoas acometidas pela hanseníase, política extinta apenas em 1986. Nesse espaço segregado formou-se uma sociedade diversa, marcada por experiências de sociabilidade e resistência. Ao ingressar na Colônia, os internos eram registrados por meio das Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs), documentos que acompanhavam suas trajetórias dentro da instituição. O acervo documental da Colônia Santa Isabel foi inventariado como patrimônio cultural de Betim em 2002 e encontra-se atualmente sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM). O presente trabalho propõe analisar as FECs como importantes fontes históricas, evidenciando experiências de internação, práticas de cuidado e registros de violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro no contexto do isolamento compulsório da hanseníase.

**Palavras-chave:** Colônia Santa Isabel; hanseníase; Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FEC).

### Introdução

A hanseníase ocupou lugar central nas políticas de saúde pública brasileiras ao longo do século XX, período em que o Estado adotou o isolamento compulsório como principal estratégia de controle da doença. Fundamentada em concepções médicas, sanitárias e sociais da época, essa política resultou na criação de 33 colônias de segregação destinadas ao confinamento de pessoas acometidas pela enfermidade, provocando profundas rupturas familiares, sociais e afetivas. Em Minas Gerais, a Colônia Santa Isabel, inaugurada em 1931, tornou-se uma das principais instituições desse sistema, permanecendo em funcionamento até a extinção oficial do isolamento compulsório, em 1986.

Ao ingressarem na Colônia, os internos passavam a ser registrados por meio das Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs), documentos produzidos pela administração sanitária para acompanhar suas condições de saúde, tratamentos, transferências e demais aspectos de suas trajetórias institucionais. Embora elaboradas com finalidade administrativa e médica, essas fichas

ultrapassam seu caráter burocrático, constituindo importantes testemunhos das experiências vividas pelos indivíduos submetidos ao isolamento.

Atualmente sob a guarda do Arquivo Público Mineiro e inventariado como patrimônio cultural do município de Betim desde 2002, o acervo documental da Colônia Santa Isabel representa uma fonte singular para a compreensão da história da hanseníase no Brasil. (BETIM, 2025). As FECs preservam informações que permitem investigar não apenas práticas de assistência e controle sanitário, mas também aspectos das relações sociais estabelecidas no interior da Colônia, evidenciando estratégias de sobrevivência, formas de sociabilidade e experiências de resistência construídas pelos internos.

Considerando a ainda reduzida produção bibliográfica dedicada às Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs) da Colônia Santa Isabel, este artigo fundamenta-se principalmente na análise do inventário do acervo documental da instituição, atualmente reconhecido como patrimônio cultural. A investigação das FECs, preservadas nesse conjunto documental, permitiu o acesso a registros produzidos no cotidiano da Colônia, constituindo uma fonte privilegiada para a compreensão das experiências dos internos, das práticas institucionais de cuidado e controle, bem como dos impactos da política de isolamento compulsório. Dessa forma, o estudo busca evidenciar como esses documentos revelam trajetórias individuais e coletivas, contribuindo para os processos de preservação da memória, reparação histórica e ampliação do debate sobre as violações de direitos humanos associadas à hanseníase no Brasil.

### **As Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs): produção, função e conteúdo**

As Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs) constituíam instrumentos centrais da política de controle da hanseníase implementada pelo Estado brasileiro ao longo do século XX. Produzidas no âmbito das instituições sanitárias responsáveis pela identificação, monitoramento e internação dos doentes, essas fichas acompanhavam a trajetória dos indivíduos desde o diagnóstico da enfermidade até sua permanência nas colônias de segregação. Por meio delas, o paciente era incorporado a um complexo sistema de registros médicos e administrativos que subsidiava as ações de vigilância epidemiológica e de controle institucional.

Entretanto, a estrutura assistencial destinada ao enfrentamento da hanseníase não se limitava às colônias de isolamento. O aparato sanitário era composto também pelos dispensários,

responsáveis pela identificação dos casos, realização de exames, acompanhamento epidemiológico e encaminhamento dos pacientes, bem como pelos preventórios e educandários, instituições destinadas aos filhos considerados saudáveis dos internos, frequentemente separados de suas famílias em decorrência das diretrizes sanitárias vigentes.

No caso da Colônia Santa Isabel, essa rede institucional era integrada pelo Dispensário Central de Belo Horizonte e pelo Dispensário de Santa Isabel, vinculado à denominada "zona doente". O Dispensário Central desempenhava papel fundamental na coleta das informações iniciais dos pacientes, reunindo dados cadastrais, clínicos e epidemiológicos necessários à formalização dos processos de internação. (BUENO, 2024). Já o Dispensário de Santa Isabel era responsável pela atualização contínua desses registros, incorporando informações referentes à evolução clínica, aos tratamentos realizados, às transferências, aos retornos e a outros acontecimentos relacionados à permanência dos internos na instituição.

Dessa forma, as FECs extrapolavam a função de simples prontuários médicos. Tratavam-se de documentos produzidos de forma contínua por diferentes agentes e instituições, reunindo informações de natureza sanitária, administrativa, econômica e social. Atualmente, esses registros constituem importantes fontes históricas para a compreensão das políticas públicas de combate à hanseníase, das experiências de internação e das múltiplas formas de intervenção do Estado sobre a vida dos indivíduos submetidos ao isolamento compulsório.

Para a presente pesquisa, foi analisado um conjunto de FECs produzidas entre as décadas de 1930 e 1950, com o objetivo de compreender a estrutura documental e as tipologias de informações registradas nesses documentos. De modo geral, observam-se campos padronizados contendo dados pessoais, como nome, idade, sexo, cor, naturalidade e estado civil. No que se refere às informações relativas à internação, destacam-se o número de registro na Colônia, a procedência institucional do paciente e os registros administrativos relacionados à sua admissão. Os dados sociais presentes nas fichas merecem atenção especial por revelarem aspectos que extrapolam a esfera médica. Entre eles encontram-se informações referentes ao grau de instrução, à condição econômica do indivíduo, bem como avaliações sobre sua aptidão para o trabalho físico e intelectual. Tais registros evidenciam o interesse da administração sanitária em produzir um conhecimento amplo sobre os internos, classificando-os não apenas sob critérios clínicos, mas também sociais e econômicos.



Outro elemento de grande relevância é a presença, no corpo documental das fichas, é uma seção destinada ao acompanhamento da trajetória do indivíduo na Colônia. Nela eram registrados serviços prestados, avaliações de comportamento, características de personalidade e outros acontecimentos considerados relevantes pela administração. Esses registros permitem reconstruir aspectos do cotidiano institucional e das relações sociais estabelecidas no interior da Colônia Santa Isabel, revelando episódios de evasão, retorno, transferência, falecimento e, em alguns casos, envolvimento em ocorrências disciplinares ou criminais.

A análise comparativa do conjunto documental também evidencia transformações na estrutura das FECs ao longo do tempo. Observa-se a incorporação gradual de novos campos de informação, como a identificação de familiares, o acompanhamento sistemático dos tratamentos e a inclusão de fotografias dos pacientes. Essas imagens, geralmente produzidas em poses frontais e laterais, remetem aos procedimentos de identificação utilizados por instituições policiais e prisionais da época, reforçando o caráter de vigilância, classificação e controle inerente à política de isolamento compulsório da hanseníase.

Contudo, as Fichas Epidemiológicas e Clínicas registraram muito mais do que informações médicas, administrativas ou dados pessoais considerados sensíveis na atualidade. Esses documentos constituem importantes testemunhos históricos de uma população marcada pelo estigma social da doença e submetida a uma política pública baseada na segregação institucional. Em suas páginas encontram-se vestígios de trajetórias individuais e coletivas, experiências de internação, rupturas familiares, deslocamentos forçados e estratégias de adaptação à vida nas colônias.

**Figura I – Reprodução de uma Ficha Epidemiológica e Clínica (FEC) utilizada entre as décadas de 1930 e 1940.**

[illegible]

Fonte: Centro de Memória da Hanseníase Luiz Verganin.

Nesse sentido, as FECs permitem compreender não apenas a história da hanseníase, mas também os impactos sociais e humanos das políticas de isolamento compulsório implementadas pelo Estado brasileiro ao longo do século XX. Seus registros revelam como a intervenção estatal ultrapassou os limites do tratamento médico, alcançando dimensões familiares, afetivas e comunitárias. Assim, além de instrumentos de controle sanitário, as FECs constituem fontes fundamentais para a análise das violações de direitos humanos associadas ao isolamento compulsório e para a preservação da memória daqueles que vivenciaram esse processo histórico.

## O acervo documental como patrimônio cultural

Inventariado como patrimônio cultural do município de Betim em 2002, na categoria de fontes arquivísticas, o acervo documental da Colônia Santa Isabel constitui um dos mais

importantes conjuntos documentais relacionados à história da hanseníase em Minas Gerais. Formado a partir das atividades administrativas, médicas e assistenciais desenvolvidas na instituição ao longo do século XX, o acervo reúne registros produzidos no contexto da política de isolamento compulsório adotada pelo Estado brasileiro entre as décadas de 1930 e 1980, período em que milhares de pessoas acometidas pela hanseníase foram segregadas do convívio social e familiar (BETIM, 2026).

Mais do que um conjunto de documentos administrativos, esse acervo materializa a memória de uma política pública que marcou profundamente a vida de milhares de indivíduos e suas famílias. Seus registros revelam não apenas os procedimentos de identificação, internação, tratamento e acompanhamento dos pacientes, mas também aspectos das práticas institucionais de vigilância, controle e assistência que caracterizaram o modelo segregacionista adotado no país. Nesse sentido, o acervo constitui uma importante fonte para a compreensão das relações entre saúde pública, exclusão social, direitos humanos e memória.

Atualmente, o conjunto documental encontra-se sob a responsabilidade do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), estando sua guarda permanente sob a custódia do Arquivo Público Mineiro (APM). Sua preservação representa uma importante ação de salvaguarda de documentos relacionados à história da saúde pública brasileira e à trajetória das pessoas atingidas pela hanseníase. O acervo é composto por aproximadamente 40 mil documentos, acondicionados em caixas-arquivo e organizados segundo critérios arquivísticos de preservação e acesso. Entre os principais conjuntos documentais encontram-se as Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs), os prontuários médicos individuais, fichas de atendimento, documentos administrativos, além de livros de óbito e sepultamento produzidos pela própria Colônia Santa Isabel. Esses documentos registram informações referentes aos internos desde sua admissão até os desdobramentos de sua permanência na instituição, constituindo um vasto repositório de dados sobre trajetórias individuais, práticas médicas, relações familiares e experiências de vida no contexto do isolamento compulsório. (BETIM, 2026).

**FOTO 01: Fichas Epidemiológicas acondicionadas em caixa-arquivo (box).**



Autoria: André Bueno - 24/10/2025 (Galpão da MGS)

Sob a perspectiva do patrimônio cultural, o valor desse acervo ultrapassa sua dimensão informativa. Trata-se de um patrimônio documental de excepcional relevância histórica, social e memorial, capaz de testemunhar experiências coletivas marcadas pelo estigma, pela segregação e pela violação de direitos. Ao preservar os vestígios documentais das pessoas submetidas ao isolamento compulsório, o acervo contribui para a construção da memória social da hanseníase no Brasil, para o reconhecimento das injustiças sofridas por seus atingidos e para a promoção de reflexões sobre as responsabilidades do Estado na produção e reparação dessas experiências históricas.

Nesse contexto, as Fichas Epidemiológicas e Clínicas destacam-se como um dos conjuntos documentais mais significativos do acervo, uma vez que condensam informações médicas, administrativas e sociais capazes de revelar tanto os mecanismos institucionais de controle quanto as trajetórias humanas daqueles que viveram sob o regime de segregação imposto pela política sanitária brasileira.

### **As Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs) como fontes de reparação histórica**

A importância das Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs) ultrapassa seu valor como fonte para a pesquisa histórica. Assim como outros conjuntos documentais produzidos pelas instituições de assistência e controle da hanseníase no Brasil, as FECs assumiram papel fundamental nos processos de reconhecimento e reparação dos danos causados pela política de isolamento compulsório implementada pelo Estado brasileiro ao longo do século XX. No caso da Colônia Santa Isabel, esses documentos constituem registros oficiais capazes de comprovar trajetórias de internação, vínculos familiares e experiências vividas pelos indivíduos submetidos à segregação institucional.

O processo de reparação histórica ganhou força após o fim oficial do isolamento compulsório, consolidado no final da década de 1980. Nesse contexto, destaca-se a criação do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN), fundado em 1981 por ex-internos, familiares e apoiadores da causa. A atuação do movimento foi decisiva para a defesa dos direitos das pessoas atingidas pela hanseníase, para o combate ao preconceito historicamente associado à doença e para a construção de uma nova narrativa social baseada no reconhecimento da hanseníase como uma enfermidade tratável e curável, em contraposição aos estigmas que marcaram sua história.

Paralelamente à luta contra a discriminação, o MORHAN e outras organizações passaram a reivindicar o reconhecimento das violações de direitos humanos praticadas pelo Estado durante a vigência da política de isolamento compulsório. Esse movimento contribuiu para a ampliação do debate público sobre a responsabilidade estatal pelos danos causados às pessoas internadas compulsoriamente e às suas famílias, abrindo caminho para a formulação de políticas de reparação. Como resultado dessas reivindicações, o Estado brasileiro reconheceu oficialmente sua responsabilidade histórica por meio da Lei Federal nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, que concedeu indenização especial às pessoas submetidas ao isolamento compulsório em hospitais-colônia. (BRASIL, 2007) Nesse processo, as Fichas Epidemiológicas e Clínicas, os prontuários médicos e demais documentos produzidos pelas instituições de internação tornaram-se elementos centrais para a comprovação da condição de ex-interno. Os acervos documentais das antigas colônias de hanseníase passaram a ser amplamente consultados, transformando-se em importantes instrumentos de acesso a direitos e em evidências documentais das práticas segregacionistas adotadas pelo Estado brasileiro.

Mais recentemente, os documentos produzidos pelas colônias voltaram a desempenhar

papel fundamental no âmbito das políticas de reparação. Com o Decreto nº 12.312/2024, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o direito à reparação foi ampliado aos filhos que foram separados de seus pais durante o período de isolamento compulsório, sendo instituída pensão especial destinada aos filhos separados em razão da política de isolamento compulsório da hanseníase. (BRASIL, 2025). Novamente, os acervos documentais, especialmente as Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs), assumiram relevância estratégica, uma vez que permitem comprovar tanto a internação dos pais quanto os vínculos familiares necessários para a instrução dos processos administrativos de reparação.

Nesse sentido, as Fichas Epidemiológicas e Clínicas deixaram de ser apenas documentos produzidos para fins de vigilância e controle sanitário, adquirindo novos significados sociais e políticos. Atualmente, constituem provas documentais fundamentais para o reconhecimento de violações de direitos humanos e para a efetivação de políticas reparatórias. Ao mesmo tempo, representam instrumentos de preservação da memória coletiva dos atingidos pela hanseníase, contribuindo para a construção de narrativas históricas que valorizam as experiências daqueles que foram submetidos ao isolamento compulsório.

O caso brasileiro destaca-se internacionalmente por reconhecer, por meio de legislação específica, os danos causados pela política segregacionista e por estabelecer mecanismos de reparação voltados tanto aos ex-internos quanto aos filhos separados de suas famílias. Nesse processo, os acervos documentais das antigas colônias de hanseníase, e particularmente as Fichas Epidemiológicas e Clínicas, converteram-se em importantes suportes de memória, verdade e justiça, reafirmando o papel dos arquivos como instrumentos fundamentais para a garantia de direitos e para a reparação histórica de grupos socialmente vulnerabilizados.

### **Considerações finais**

O presente artigo buscou apresentar as Fichas Epidemiológicas e Clínicas (FECs) da Colônia Santa Isabel como importantes fontes documentais para a compreensão da história da hanseníase no Brasil. A análise desse conjunto documental permitiu evidenciar sua relevância em duas dimensões complementares. A primeira refere-se ao seu valor histórico, uma vez que as fichas registram informações médicas, administrativas e sociais que possibilitam compreender aspectos do cotidiano institucional, das práticas de tratamento, das políticas públicas de saúde e das experiências vividas pelos indivíduos submetidos ao isolamento compulsório. A segunda

dimensão relaciona-se ao seu papel social e reparatório, visto que esses documentos se converteram em instrumentos fundamentais para o reconhecimento das violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro e para a efetivação das políticas de reparação destinadas aos ex-internos e aos filhos separados de suas famílias.

As FECs revelam que a política de combate à hanseníase ultrapassou os limites da assistência médica, constituindo um amplo sistema de vigilância e controle social que impactou profundamente a vida dos indivíduos atingidos pela doença. Ao registrarem trajetórias pessoais, relações familiares, condições socioeconômicas e experiências de internação, esses documentos preservam a memória de uma população historicamente marcada pelo estigma, pela segregação e pela exclusão social. Nesse sentido, as fichas constituem não apenas registros administrativos, mas testemunhos das consequências humanas produzidas pela política de isolamento compulsório.

Cabe destacar que, durante décadas, grande parte da documentação produzida pelas instituições ligadas à hanseníase permaneceu dispersa, pouco acessível e vulnerável à perda. Tal situação pode ser compreendida, em parte, pelo fato de esses acervos documentarem práticas estatais que atualmente são reconhecidas como violações de direitos humanos. A preservação desses registros, portanto, não representa apenas uma ação de salvaguarda documental, mas também um compromisso com a memória, a verdade e a justiça.

A transferência e a guarda do acervo da Colônia Santa Isabel pelo Arquivo Público Mineiro representam um importante avanço na proteção desse patrimônio documental. Entretanto, ainda existem desafios significativos relacionados à sua preservação, organização, digitalização e ampliação do acesso público. O desenvolvimento de projetos de pesquisa, ações educativas e iniciativas de difusão do acervo pode contribuir para a ressignificação dessas fontes, ampliando sua utilização tanto pela comunidade acadêmica quanto pelos próprios atingidos pela hanseníase e seus familiares.

Por fim, as Fichas Epidemiológicas e Clínicas demonstram como os arquivos podem transcender sua função administrativa original e assumir novos significados ao longo do tempo. Hoje, além de constituírem fontes essenciais para a pesquisa histórica, as FECs representam instrumentos de memória e de reparação histórica, contribuindo para o reconhecimento das injustiças sofridas pelas pessoas atingidas pela hanseníase e para a construção de uma sociedade mais comprometida com a preservação dos direitos humanos.



### Referências bibliográficas:

BETIM. Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. **Ata da 32ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural de Betim**. Betim, 15 jul. 2025.

BETIM. **Inventário Participativo do Patrimônio Cultural de Betim**. Betim, 2026.

BRASIL. Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007. **Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios**. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Pensão especial para pessoas isoladas pela hanseníase e para filhos separados já pode ser solicitada e acompanhada online**. Brasília, DF, 15 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh>. Acesso em: 12 jan. 2026.

BUENO, André Luiz de Jesus. **As colônias de isolamento da hanseníase de Minas Gerais: possibilidades e caminhos para a proteção do patrimônio da saúde**. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-MG, 24., 2024, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2024.